

Universidade Estadual do Maranhão  
**EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE**  
Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Luizão  
Curso de Arquitetura e Urbanismo  
**Rafisa Cunha Schramm**

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

**RAFISA CUNHA SCHRAMM**

**EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE**  
Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Luizão

São Luís  
2009

RAFISA CUNHA SCHRAMM

## **EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE**

Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Luizão

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para análise e aprovação junto ao colegiado deste curso como requisito de obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. M. Sc. Gustavo Martins Marques

São Luís

2009

© Rafisa Cunha Schramm, 2009

**Arte** | Lucas Haas

Schramm, Rafisa Cunha

Educação como elemento gerador de urbanidade: anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Luizão / Rafisa Cunha Schramm. – São Luís, 2009.

81f.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2009.

Orientador: Prof. M. Sc. Gustavo Martins Marques

1. Creche comunitária 2. Adensamentos urbanos 3. Políticas públicas  
I.Título

CDU: 727.111(812.1)

RAFISA CUNHA SCHRAMM

**EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE**

Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Luizão

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_ .

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. M. Sc. Gustavo Martins Marques  
(Orientador)  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof. M. Sc. Érico Araujo Peixoto  
(Examinador Interno)  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Arquiteto Renato Teixeira  
(Examinador Externo)

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por iluminar o meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente.

Aos meus pais, Edemir e Graça, pela educação base para minha vida e apoio nos meus estudos.

Às minhas irmãs Nair e Lidia, por estarmos sempre juntas nos momentos mais importantes e poder contar com vocês.

Aos cunhados, Pedro e Carlinhos, pelos momentos de descontração nas tardes de domingo. A Pedro Lucas, que traz alegria para nossa família.

À Marcia e Rebeca, que já são parte da família.

À Valdemar e Elizabeth, que me acompanharam nas madrugadas de pesquisa.

Ao curso de Arquitetura e Urbanismo, onde tive um grande aprendizado profissional e de onde terei as melhores lembranças.

Ao Prof. M. Sc. Gustavo Martins Marques, pela orientação e sensibilidade.

Ao Prof. Dr. Alex Oliveira, que contribuiu para o meu crescimento e me deu apoio nas horas mais oportunas; aos Prof. Geraldo de Magela e Prof. M. Sc. Érico Peixoto pelas observações pertinentes durante as qualificações que delimitaram o meu trabalho.

Às amigas Glória Rabelo e Maylla Martins, pelas palavras de confiança depositadas em mim. À dupla fantástica Laureen Araujo e Renata Targino, pela descoberta da amizade e companhia em todas as etapas de elaboração, sempre juntas nos aperreios da vida acadêmica.

À Eng<sup>a</sup>. Kariny Rosa (Franere), pela força, compreensão e incentivo na conclusão da monografia.

Aos afetuosos compadres e comadres da “facul” Nariz, Andrea, Jean, Karine e Kalin Naue, que incentivaram e me proporcionaram momentos de lazer e guaraná gelados para aliviar a tensão. Ao amigo Reubert, pelas várias assistências feitas no computador em momentos cruciais.

Aos engenheiros José Henrique Mendonça, Luiz Henrique Neves, Kilson Guimarães e à Prof. Áurea (Secretaria Municipal de Educação), pelo estágio supervisionado na área de Educação Infantil.

Aos funcionários Zé Carlos, Beth (*in memoriam*) e Giselle, por todo o suporte de sempre e pelo sorriso no rosto ao resolver nossos problemas.

Aos meus pais e  
ao meu irmão Frederico, *in memmorian*.

*Sem bons prédios é impossível fazer boas escolas.*  
Cesário Motta Júnior, 1985.

*Sem boas escolas é impossível educarmos.*  
Eduardo Ferreira da Cunha, 2008.

## RESUMO

Proposta de um anteprojeto arquitetônico para uma creche comunitária no bairro Vila Luizão, com frequência de crianças da faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, considerando a utilização dos espaços livres públicos com potencial para espaços de lazer à comunidade local. A dinâmica de expulsão e segregação da população somada à escassez dos serviços de educação e lazer locais tornou o bairro um destino preferencial para estudo de caso, especialmente porque buscam oportunidade de acesso à melhor condição de vida e aos serviços públicos. Como ponto de partida da reflexão está a previsão de que as políticas sociais no Brasil não levam, normalmente, em conta a desigual distribuição dos diversos grupos sociais no espaço urbano, assim como as dinâmicas espaciais, no que diz respeito tanto à formulação quanto à implementação.

Palavras-chave: Creche comunitária. Adensamentos urbanos. Políticas públicas.

## ABSTRACT

Proposal for a draft architecture to community nursery at Vila Luizão neighborhood, often children at age group of 0 (zero) to 3 (three) years old, considering the public spaces with potential in places of leisure to the local community. The dynamics of expulsion and segregation of the population combined with the education services and leisure lack made the neighborhood a destination for preferential case study, specially the opportunity to seek access to the best condition of life and public services. As a starting point for reflection is the prediction that social policies in Brazil do not take, usually, to the unequal distribution of various social groups in urban space and the spatial dynamics, with regard both to the wording on the implementation.

Keywords: Community nursery. Urban density. Public policies.

## LISTA DE FIGURAS

	P.
Figura 01 - Logradouro da creche comunitária <i>Cantinbo Feliz</i> .....	29
Figura 02 - Esquema de disposição das instalações da creche <i>Cantinbo Feliz</i> .....	29
Figura 03 - Esquema de implantação da creche <i>Cantinbo Feliz</i> .....	30
Figura 04 - O ambiente ideal para o bebê.....	46
Figura 05 - Planialtimetria cadastral do terreno .....	50
Figura 06 - Componentes formadores do entorno .....	50
Figura 07 - Implantação Geral.....	53
Figura 08 - Planta Baixa.....	53
Figura 09 - Fluxograma .....	54
Figura 10 - Forma Geradora.....	57
Figura 11 - Subtração Formal.....	57
Figura 12 - Balanço Extremo.....	57
Figura 13 - Aversão à Forma Paralelepipedal.....	57
Figura 14 - Contraposição da Horizontalidade .....	57
Figura 15 - Volumes Verticais Finais.....	57
Figura 16 - Fachada Volumétrica Principal .....	57
Figura 17 - Implantação Volumétrica.....	58

## LISTA DE GRÁFICOS

	p.
Gráfico 01 - Sexo .....	36
Gráfico 02 - Faixa etária .....	36
Gráfico 03 - Estado civil.....	37
Gráfico 04 - Quantidade de crianças de 0 a 3 anos .....	37
Gráfico 05 - Quantidade de adultos que moram na residência.....	38
Gráfico 06 - Quantidade de quartos na residência.....	38
Gráfico 07 - Grandes desníveis .....	39
Gráfico 08 - Superfície em que a criança possa cair com segurança .....	39
Gráfico 09 - Existência de espaço amplo para lazer.....	40
Gráfico 10 - Utilização de brinquedos e jogos educativos .....	40
Gráfico 11 - Frequência em creches .....	40
Gráfico 12 - Interação diária com outras crianças .....	41
Gráfico 13 - Interação diária com outros adultos .....	41
Gráfico 14 - Brinquedos suspensos, chocalhos e móveis.....	41
Gráfico 15 - Bonecos de pelúcia, mordedores e brinquedos de água .....	42
Gráfico 16 - Utensílios domésticos, telefones e chaves .....	42
Gráfico 17 - Quebra-cabeça, brinquedos de encaixar e bonecos musicais .....	42
Gráfico 18 - Materiais locomotores, espelhos e cavalos de balanço .....	43
Gráfico 19 - Equipamento musical .....	43

## LISTA DE QUADROS

	p.
Quadro 01 - Total de escolas comunitárias cadastradas na SME por pólos e amplitude de variação do número de alunos nas escolas.....	34
Quadro 02 - Exigências do Plano Diretor .....	51
Quadro 03 - Briefing .....	52

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- CF-98 - Constituição Federal de 1988
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FEBEMCE - Fundação de Bem Estar ao Menor do Ceará
- LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- IPAI - Instituto de Proteção e Assistência à Infância
- SEMED - Secretaria Municipal de Educação
- SETAS - Secretaria de Trabalho e Ação Social
- UFMA - Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	iii
RESUMO E ABSTRACT .....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS .....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	x
<b>Capítulo I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo II. DA URBANIDADE EM ADENSAMENTOS</b>	<b>17</b>
2.1 O Espaço Livre Público no Cotidiano .....	18
2.2 A Construção do Lugar .....	19
<b>Capítulo III. O SURGIMENTO DAS CRECHES E A CONSTITUIÇÃO DA INFÂNCIA</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo IV. A CRECHE “CANTINHO FELIZ” EM FORTALEZA (CE)</b>	<b>25</b>
4.1 Fundamentação Teórico-metodológica.....	27
4.2 Conhecendo a <i>Cantinho Feliz</i> .....	28
<b>Capítulo V. AS CRECHES EM SÃO LUÍS</b>	<b>32</b>
5.1 As Escolas Comunitárias .....	33
5.2 A Vila Luizão.....	34
5.3 Pesquisa de Campo.....	35
<b>Capítulo VI. CONCEPÇÃO DE PROJETO</b>	<b>44</b>
6.1 Proposta do Anteprojeto .....	45
<b>Capítulo VII. O ANTEPROJETO</b>	<b>48</b>
7.1 Topografia e Componentes Formadores do Entorno .....	49
7.2 Viabilidade Junto ao Plano Diretor.....	51
7.3 Acessos .....	51
7.4 Briefing.....	52
7.5 Fluxograma .....	54
<b>Capítulo VIII. PARTIDO ARQUITETÔNICO</b>	<b>55</b>
<b>Capítulo IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>59</b>
Referências	
LISTA DE APÊNDICES .....	lxiv
LISTA DE ANEXOS .....	lxiii

Capítulo I.  
**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A urbanização que vem ocorrendo nas últimas décadas, associada ao desenvolvimento do capitalismo, tem-se caracterizado pelo rápido crescimento dos grandes centros e pelo surgimento de problemas sócio-espaciais dos mais diversos no seu interior, favorecendo o comprometimento da qualidade de vida. Esse crescimento acelerado das cidades com as transformações nas quais vêm passando originam uma nova forma de ação social, onde o ordenamento urbano é considerado um exercício de controle do espaço urbano.

Observa-se, entretanto, que o Poder Público, como agente minimizador e regulador desses problemas, não atende no sentido de dotar esses centros de melhor infra-estrutura, equipamentos e serviços adequados. Em associação, o desenvolvimento de uma política de preservação do meio ambiente urbano não é um princípio norteador das ações públicas e privadas, que se tem caracterizado pelo imediatismo do uso e ocupação do solo urbano, ignorando-se os impactos causados ao meio ambiente. Como resultado desta prática, em certas áreas da cidade, pode-se encontrar a “proliferação dos assentamentos ilegais de habitações toscas, aglomerações excessivas e mortalidade desenfreada decorrente de ambiente insalubre” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

No Brasil, verificam-se mudanças significativas no processo de urbanização e crescente intervenção do Estado nas questões urbanas, que se caracteriza por um conjunto complexo de programas e ações. Associada à realidade, as cidades apresentam-se carentes de infra-estrutura básica, fruto da política de utilização do espaço ao longo do tempo. À medida que o tempo passa, os problemas de ordem físico-estrutural e ambiental crescem. Problemas estes relacionados, principalmente, ao modelo econômico vigente no País, observada a desestruturação das cidades estabelecendo uma segregação sócio-espacial onde (1) a população de melhor poder aquisitivo se insere nas áreas privilegiadas, detentoras, quase sempre, dos melhores serviços e, (2) o assentamento da população de baixa renda nas áreas desprovidas de tais serviços.

Em São Luís, esses problemas têm acelerado nas últimas décadas, uma vez que a Cidade apresenta a mesma carência que geralmente ocorre nas urbes de porte médio do Brasil. Um dos objetivos deste Trabalho Final é a ação voltada à elaboração de estudo e projeto de melhoria urbanística e criação de equipamento público e de uso coletivo em assentamento carente como é caracterizada a Vila Luizão. Para tanto, propõe-se, enfaticamente, a elaboração de um anteprojeto arquitetônico para creche comunitária.

A concepção de infância que conhecemos hoje vem evoluindo e se desenvolvendo desde o século XV. Na Idade Média, encontramos uma sociedade feudal onde os senhores de terra possuíam um poder quase que monárquico nos seus domínios, construindo suas leis, suas moedas, sua cultura, seus valores. A Igreja e o Estado serviam para legitimação política e

limitação dos poderes dos senhores feudais. Nessa época, a criança era considerada um pequeno adulto, que executava as mesmas atividades dos mais velhos e possuía baixa expectativa de vida. O importante era que a criança crescesse rápido para poder entrar na vida adulta.

A partir do século XIII, houve um crescimento das cidades devido ao comércio. A Igreja Católica perdeu o poder com o surgimento da burguesia, sendo este o responsável pela assistência social. Concentrou-se a pobreza e a partir do século XIV, as descobertas científicas provocaram o prolongamento da vida. Nesse momento, surgiam duas atitudes contraditórias no que diz respeito à concepção de criança: uma a considerava ingênua e inocente, traduzida pela paparicação dos adultos. Outra a considerava imperfeita e incompleta, traduzida pela necessidade do adulto de moralizar a criança.

Na Idade Moderna, a Revolução Industrial, o Iluminismo e a constituição de Estados laicos trouxeram modificações sociais e intelectuais, alterando a visão que se tinha até então. Data daí o surgimento das primeiras propostas de educação e moralização infantil. Se na sociedade feudal a criança começava a trabalhar como adulto logo que passa da faixa de mortalidade, na fase burguesa ela passa a ser alguém que precisa de cuidados, de escola e de preparação para atuar futuramente. Essa missão era incumbida aos colégios: mas o ensino é, primeiramente, para os meninos. Somente no século XVIII as meninas têm acesso à escola, o que tornou a educação menos empírica. Eis o surgimento das primeiras creches para abrigarem os filhos de mães que trabalhavam nas indústrias.

A partir da segunda metade do século XVII, a política escolar retardou a entrada das crianças nas escolas para os dez anos: a justificativa era a criança ser considerada fraca, imbecil e incapaz. A sociedade capitalista, através da ideologia burguesa, caracteriza e concebe a criança como um ser a-histórico, a-crítico, incompetente e economicamente não-produtivo, sendo o cuidado um dever do adulto.

Na Educação, surge o ensino primário para as classes populares, com ensino prático para formação de mão-de-obra; e o ensino secundário, para a burguesia e aristocracia, de longa duração, com o objetivo de formar eruditos, pensantes e mandantes. No final do século XIX, é difundido o ensino superior na classe burguesa.

Por conta dessa fragmentação social, a escola popular se tornou deficiente em vários aspectos. O padrão de criança era a criança burguesa, mas nem todas eram, nem todas possuíam uma bagagem familiar que era aproveitada pelo sistema educacional. Para resolver esse problema, foram criados os programas de cunho compensatório<sup>1</sup>. Essa educação compensatória começou

---

<sup>1</sup> A Educação Compensatória é um conjunto de medidas políticas e pedagógicas visando compensar as deficiências físicas, afetivas, intelectuais e escolares das crianças das classes cultural, social e economicamente marginalizadas, a fim de que elas se preparem para um trabalho e tenham oportunidade de ascensão social. É um termo que surgiu durante a Revolução Industrial e, geralmente, é usado no

no século XIX com Pestalozzi, Froebel, Montessori e McMillan, que encaravam a pré-escola como uma forma de superar a miséria, a pobreza, a negligência das famílias. Mas sua aplicação ocorreu efetivamente no século XX, depois de muitos movimentos que indicavam o precário trabalho desenvolvido nesse nível de ensino, prejudicando a escola elementar.

Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que atendimento em creches tomou novo impulso, pois a demanda das mães que começaram a trabalhar nas indústrias bélicas – ou naquelas que substituíam o trabalho masculino – aumentou. Houve uma visão assistencialista-social, onde se tinha a preocupação com as necessidades emocionais e sociais da criança.

A necessidade de implantação de espaços físicos adequados em creches de caráter municipal é a partida inicial desta Pesquisa. Inevitavelmente, associa-se o Ensino Público às comunidades carentes e, por tal razão, a decisão do terreno destinado à implantação do projeto teve por base o nível de escolaridade nos bairros de São Luís.

No **Capítulo II – Da Urbanidade em Adensamentos** apresenta-se o referencial teórico geral a ser usado nesta pesquisa sobre os espaços livres públicos na dimensão do cotidiano. Então, aguça-se, inicialmente, o entendimento do cotidiano da cidade, com ênfase no uso do espaço livre público e sua compartimentação, ou seja, a delimitação de territórios. É apresentada a situação da praça hoje e suas relevâncias.

Do **Capítulo III – Surgimento das Creches e a Constituição da Infância** apreende-se a Educação Comunitária em diferentes espaços e tempo, apresentando manifestações diferenciadas e incorporando interesses antagônicos.

Já o **Capítulo IV – A Creche *Cantinho Feliz* em Fortaleza (CE)** estuda o caso de Fortaleza como o único Estado a considerar creches como atributo da Assistência Social, mesmo depois da vigência da LDB de 1996.

Para o **Capítulo V – As Creches em São Luís** é reservado o diagnóstico das creches comunitárias, levando em consideração o espaço físico, equipamentos e atendimento escolar, além de enfatizar as competências do Município. Ainda nesta seção, reserva-se a análise da Vila Luizão como aglomerado subnormal, com a evolução da população ocorrida diante da expansão urbana, a favelização e carência de serviços públicos.

O **Capítulo VI – Concepção de Projeto** traz informações relacionadas à pesquisa de campo realizada no local, dedica-se à fase de anteprojeto com confirmações legais acerca de zoneamento municipal e viabilidades, bem como a qualidade do briefing elaborado junto à Secretaria Municipal de Educação e o partido arquitetônico adotados.

Com o **Capítulo VII – Anteprojeto** pode-se constatar a viabilidade do projeto em questão considerando a legislação vigente quanto ao uso e ocupação do solo, a localização do terreno na cidade de São Luís e o programa adotado para a elaboração de projeto.

De posse do estudo feito com os precursores da Educação, o **Capítulo VIII – Partido Arquitetônico** exibe informações a partir da disposição dos elementos em planta baixa, enfatizando o modelo da pedagogia freinetiana de grandes espaços para lazer

Por fim, no **Capítulo IX – Considerações Finais** expõe-se o parecer do autor quanto às realidades físico-espaciais das creches em geral, propondo um novo paradigma e requalificação dos mesmos.

Capítulo II.  
**DA URBANIDADE EM ADENSAMENTOS**

“O que caracteriza o espaço público é a posse mediatizada por parte de um ente abstrato – a comunidade. O equilíbrio necessário ao bom funcionamento dessa propriedade compartilhada é facilmente quebrado por fenômenos diversos – violência urbana, má administração, leis inadequadas, desigualdade social, má educação coletiva – implicando no seu abandono e degradação [grifos do autor] (GUERRA, 2000, p. 01).

A partir da epígrafe deste capítulo, é preciso ter claro que o espaço público convive nas cidades com os espaços privados, onde o acesso coletivo é associado ou não de acordo com os interesses específicos de seus proprietários. Os espaços livres públicos têm funções relevantes no espaço urbano e, geralmente, são abordados, pela suas qualidades estéticas ou ambientais, esquecendo-se de seu papel como lugar público. Dentro do conjunto de espaços livres públicos estão as praças que, desde os tempos mais remotos, são locais de expressão da vida coletiva, vistas como o espaço do cidadão, centros de convergência, encontro, troca, chegando a ser considerado o mais típico lugar da vida urbana cotidiana (GLUSBERG, 1996). Como tal, as praças devem estar livres ao acesso, circulação e domínio público.

## 2.1 O Espaço Livre Público no Cotidiano

A história conta que o espaço público, no passado, tinha a função de favorecer a vida social, promover a reunião da coletividade local. As praças funcionavam no passado como expressão máxima da vida cotidiana coletiva. Segundo Sitte (1992) as praças antigas com sua multiplicidade de formas complexas, foram concebidas nesse sentido. Era o lugar urbano por excelência, era o coração da cidade, o local onde se manifestava no sentido de comunidade (ARANTES, 1993).

A vida cotidiana “é aquela que propicia a base de que nascem nossas conceituações, definições e narrativas” (FEATHERSTONE, 1997), ela apresenta-se como a realidade dos homens. O cotidiano é assim a percepção do comum, daquilo que se tornou habitual, mas sem o qual não viveríamos humanamente, não reconheceríamos os outros, o mundo ou a nós mesmos (BERGER; LUCKMANN, 1985). A realidade do cotidiano, rebatida no espaço público, é objeto de análise multidisciplinar e interdisciplinar.

Esta vida cotidiana estrutura-se espacial e temporalmente, organizada em torno do *aqui* e do *agora*, do homem presente no tempo em um determinado espaço. Resumindo esta dialética, “a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparecem nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e revela-se pelo uso [...]” (CARLOS, 1996).

A decadência da cidade e das formas urbanas tradicionais de sociabilidade é uma das características do século XX. Se antes existia nas cidades o espaço do encontro, tais como a praça e o café, as metrópoles contemporâneas passam a significar espaços de passagem e não-lugares, que se distinguem dos espaços personalizados (AUGÉ, 2001), onde a globalização tem como um de seus efeitos o declínio do espaço público e da convivência democrática mediante a segregação social.

As periferias urbanas brasileiras são os locais onde a infra-estrutura urbana é mais precária, inclusive relativa aos espaços públicos de lazer. As camadas populares urbanas são, em sua maioria, moradoras das periferias, e “[...] constituídos por trabalhadores de baixa renda, de origem rural, inseridos de uma forma ou de outra no ambiente capitalista vigente e atingido pela cultura de massa, que estão em toda parte” (MAGNANI, 1984). Este estudo parte da análise das expressões culturais desses grupos, em especial aquelas que se desenvolvem pelas crianças, nas suas práticas de lazer coletivo. No entanto, tais práticas não se realizam de maneira autônoma, mas, sim, em um diálogo com a cultura adulta. Para a aproximação com o universo e a cultura infantil, tornou-se necessário uma análise da cultura e do cotidiano dos grupos familiares em que estão inseridas.

Sarmento (2005) aponta as culturas infantis como a porta de entrada para a compreensão de sua alteridade e lança mão dos conceitos de Corsaro e Edler (*apud* SARMENTO, 2005) para definir tais culturas: “são um conjunto estável de atividades ou rotinas, valores e idéias que as crianças produzem e partilham em interação com seus pares”. O que o autor chama de “universalidade das culturas infantis”, ultrapassa os limites da inserção cultural local de cada criança. Segundo ele, um dos traços fundamentais das culturas infantis é a ludicidade.

## **2.2 A Construção do Lugar**

O processo de democratização do País pode ser verificado através de análises no âmbito do Direito. O ECA, instituído no Brasil em 1990, é marco no que concerne ao direito infanto-juvenil, reconhecendo-os como cidadãos. A cultura, o esporte e o lazer ficaram aí reconhecidos como direitos infantis. Em 1993, foi publicada a LOAS que estabeleceu a participação da população na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. O público-alvo da Assistência, segundo o LOAS, é constituído por crianças e jovens em situação de risco pessoal e social. Para isso estabeleceu que a Assistência é o setor público responsável pela criação de programas de amparo a essas populações. A partir da LDB ocorreram

profundas modificações na área de Educação Infantil. Instituiu-se no País um grande período de transição em que assistimos ao deslocamento do gerenciamento de creches da Assistência Social para a Educação. A partir desse momento, a Assistência Social passou a redefinir seu papel, estabelecendo como diferenciação das funções atribuídas à Assistência o sujeito destinatário dessas políticas. Esse campo seria definido pela exclusão social, geralmente associado a uma precária condição socioeconômica.

O capítulo terceiro traz informações acerca do surgimento das creches e a atual legislação de amparo à Educação Infantil, a LDB.

Capítulo III.  
**O SURGIMENTO DAS CRECHES E A CONSTITUIÇÃO DA INFÂNCIA**

É necessário investigar as nações mais desenvolvidas, caracterizadas pelo rápido avanço do processo de estabelecimento das relações de produção capitalista, sendo a base explicativa para se entender a particularidade brasileira onde “[...] são essas formas mais desenvolvidas que produzem, por via de mediações, a chave para o entendimento das formas singulares das nações e regiões menos desenvolvidas” (ALVES, 2004). Ele destaca a necessidade de se analisar as consequências da Revolução Industrial sobre a Educação. Por isso, elege a Inglaterra, a nação que emergiu esse movimento, e que, por esse motivo, adiantou-se materialmente em relação às demais, tornando-se a economia mais avançada à época do capitalismo competitivo.

Monarcha (2001) aponta que para falar da história da infância é preciso falar não de uma infância generalizada. Durante muito tempo o cuidado e a educação da criança pequena eram considerados responsabilidade da família, porém, surge a necessidade de instituições que assumissem esse papel, pelo menos enquanto seus pais estivessem no trabalho. Com a Revolução Industrial do século XIX, a estrutura familiar tradicional que cuidava dos filhos foi modificada, com a entrada da mulher e de todos os membros no mercado de trabalho, na busca de garantir subsistência. Assim,

à medida que os membros da família, muitos deles agora trabalhando longe do lar, tornam-se cada vez menos aptos a cuidar uns dos outros em casos de necessidade, e à medida que os vínculos de vizinhança, comunidade e amizade são reinterpretados em uma escala mais estreita para excluir responsabilidades onerosas, o cuidado dos seres humanos uns para com os outros torna-se cada vez mais institucionalizado (BRAVERMAN, 1977, p. 238).

Engels (1986), na Inglaterra, descreveu as situações alarmantes em que se encontravam as crianças menores. Na maioria das vezes ficavam sozinhas enquanto a família saía para trabalhar e, mesmo quando eram deixadas sob a guarda de alguém, não as isentavam da ocorrência de acidentes, porque

quando a mulher passa cotidianamente 12 ou 13 horas na fábrica e o homem também trabalha aí ou em outro emprego, o que acontece com as crianças? Crescem, entregues a si próprias como ervas daninhas, entregam-nas para serem guardadas por um Shiling ou Shiling e meio por semana e podemos imaginar como são tratadas. É por isso que se multiplicam de maneira alarmante, nos distritos industriais, os acidentes de que as crianças são vítimas por falta de vigilância (ENGELS, 1986, p. 165).

Entre as condições que contribuíram para o surgimento do atendimento à criança pequena destaca-se a entrada da mulher para o mercado de trabalho, o fato do salário recebido do

capitalista ser baixo e insuficiente para satisfazer as mínimas necessidades de sobrevivência da família, o rápido processo de urbanização, alta mortalidade infantil, o alarmante desemprego.

Na Europa, as crianças pobres de dois ou três anos eram incluídas na *Charity School*, então criada pelo ideário dos movimentos religiosos do século XIII. Não tinham uma proposta institucional formal, embora logo passassem a adotar atividades de canto, de memorização de rezas ou passagens bíblicas e alguns escritos do que poderia ser uma pré-escrita ou pré-leitura (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, com a abolição da escravatura emerge um novo problema: o destino dos filhos dos escravos, que de certa forma contribuiu para o aumento de crianças abandonadas e a criação de uma solução paliativa, a creche, vista como instituição destinada para cuidar de pobres.

Para Kuhlmann (2004) a creche para crianças de zero a três anos foi vista como mais que um aperfeiçoamento da Casa dos Expostos<sup>2</sup>, pelo contrário, foi apresentada em substituição, e oposição a esta, para que as mães não abandonassem seus filhos.

Kramer (2006) destaca que no Brasil as primeiras instituições instaladas foram criadas por iniciativa privada. Em 1889, fundaram o IPAI, com sede no Rio de Janeiro. Entre os objetivos, estavam o de atender as crianças menores de oito anos, pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, criando creches, maternidades e jardins de infância. Em 1908 teve início a primeira creche popular, dirigida aos filhos dos operários até dois anos, fundada pelo bispo metodista Hugh Clarence Tucker. O objetivo principal das primeiras creches era o de reduzir os índices de mortalidade infantil, através do fornecimento de abrigo, alimentação e cuidados médicos e higiênicos para as crianças.

Somente com a CF-98, é reconhecida à Educação, em creches e pré-escolas, como direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino, conforme salienta o artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com a promulgação da LDB, regulamentando o atendimento gratuito em creches e pré-escolas, a Educação Infantil é definida como primeira etapa da educação básica, tendo como

---

<sup>2</sup> Era uma casa de órfãos, destinada a receber crianças recém-nascidas "não-desejadas" ou bastardas, cujos pais não pudessem assumir seus cuidados. Essas crianças, sem qualquer identificação, eram recebidas pelas amas de leite que ali viviam, contratadas por uma Instituição de Beneficência da localidade.

finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos e psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. Somente com a LDB que a creche se torna um local de cuidados e educação.

As transformações sociais, políticas e econômicas que surgem no mundo moderno fazem com que a educação de crianças pequenas tome um novo impulso. Com a necessidade de se criarem mais instituições educacionais para atender as crianças, muitos estudiosos se preocuparam em estudar o desenvolvimento infantil, descrevendo o comportamento das crianças de cada faixa etária para que as pessoas que as atendiam pudessem classificá-las de acordo com escalas.

Outros trouxeram contribuições significativas para as novas formas de se perceber o desenvolvimento infantil. Comenius, preconizando a criação de escolas maternais; Rousseau, passando a pensar a criança como um ser com idéias próprias; Froebel, criador dos jardins de infância e influenciado por Pestalozzi; Montessori, criando um método próprio e adaptado ao desenvolvimento da criança; Piaget, com estudos sobre o desenvolvimento dos processos cognitivos da criança e; Freinet, grande educador do século XX, objetivando um método no qual a criança deve aprender fazendo (DROUET, 1990).

Para o capítulo a seguir, considerou-se uma pesquisa de campo em uma das seis creches ainda regidas pela Assistência Social, na cidade de Fortaleza, no sentido de informar a institucionalização das creches comunitárias como item fundamental na Secretaria de Educação, onde deixou de ter conotação tipicamente higienista.



Trata-se, no Ceará, de um equipamento de atendimento em educação infantil administrado por uma associação comunitária, que mantém convênio com órgãos governamentais e/ou não-governamentais. No caso de Fortaleza, contrariando o prescrito na atual LDB, o termo creche não está restrito à faixa etária de 0 a 3 anos. As creches comunitárias nesta cidade recebem crianças de 0 a 6 anos, algumas vezes até com mais idade; diferente de todo o País. Nesse âmbito, o foco no trabalho desenvolvido pelas creches comunitárias justifica-se tanto pela abrangência quanto pela crescente expansão.

Os dados coletados por ocasião do trabalho de campo da referida pesquisa apontaram que as creches comunitárias são mais um exemplo de desigualdade que sempre marcou a educação infantil brasileira. A melhoria da qualidade do trabalho oferecido tem sido alvo de pouco investimento. Em decorrência disso, essas creches enfrentam problemas em todos os aspectos de seu funcionamento: instalações, organização e ocupação do tempo, formação de docentes (assim como São Luís).

Apesar de ter surgido como estratégia de sobrevivência das camadas mais empobrecidas, este tipo de instituição passou a integrar as políticas públicas do Estado do Ceará desde 1987, com a criação do Programa de Apoio à População Carente. Esse programa nasceu com a finalidade de apoiar as demandas populares quanto à construção, reformas, equipamento e manutenção de creches. Assim, o governo do Estado passou a repassar recursos financeiros, fornecer apoio técnico e influenciar nas decisões sobre o gerenciamento das creches (SETAS, 1992).

Dentre as constatações que esta visita me possibilitou o acesso, chamou-me especial atenção a organização e a ocupação do tempo das crianças quando de sua permanência em tempo integral na creche de, em média, dez horas diárias.

Com o intuito de organizar e ocupar o tempo da criança, as creches estabelecem uma rotina que geralmente consta das seguintes atividades: chegada, lanche, atividade pedagógica, banho, almoço, sono, lanche, banho, jantar e saída. O desenvolvimento dessa rotina quase sempre é marcado por rigidez na execução das atividades, esperas e pouco prazer para todos os que passam o dia ali. Rigidez porque existe hora certa para tudo e todos devem fazer no mesmo tempo. Nesse sentido, o ritmo da criança é desconsiderado e todas acabam tendo que se adaptar à rotina que não parece ter sido pensada em função das suas necessidades. Esperas porque as crianças têm sempre que aguardar a hora do banho, da atividade pedagógica, do lanche, de ir embora.

Além da constatação de que a espera e a ociosidade estão tão presentes no cotidiano das creches comunitárias que se torna difícil separar rotina de espera, falar de uma sem citar a

outra, chamou-me atenção o fato das crianças ficarem muito tempo esperando sem brinquedos<sup>3</sup> e sem “autorização” para levantar. É fato que algumas crianças chegavam a mexer com as outras (beliscar, subir nas mesas), mas a maioria atendia ao insistente pedido de ficarem quietas, aparentemente.

Das idéias que foram sendo geradas *com e nessa* experiência de pesquisa, duas se impuseram com maior propriedade. A primeira, a rigidez da rotina desta instituição assistencialista, uniforme e, possivelmente, pouco prazerosa parecia não estar propiciando a vivência dos direitos fundamentais da criança atualmente proclamados e amplamente divulgados em documentos emitidos pelo MEC. Assim, a cidadania da criança que passa a maior parte do seu tempo na creche parece ficar bastante comprometida<sup>4</sup>.

A segunda idéia, não menos forte que a sua precedente, era que a espera e a ociosidade ao mesmo tempo em que denunciava a prática de uma educação pobre de possibilidades de aprendizagem que contribuísse para o desenvolvimento infantil, poderia ser o reflexo de algo mais grave, possível de ser apreendido através de um olhar investigativo mais crítico. Assim, motivada pela compreensão desse *algo mais grave* é que realizei esse estudo que visou investigar a rotina dessas instituições.

O número de creches comunitárias conveniadas com o governo do Estado através da FEBEMCE tem aumentado ao longo dos últimos anos: em 1989, somavam 147, passando a 351 em 1993. Em 1996 chegavam a 446, até atingir 455 em 1998. Todos os municípios participam desse programa, mas a capital concentra grande parcela das crianças atendidas: hoje são 17.185 crianças atendidas em 233 equipamentos.

#### **4.1 Fundamentação Teórico-metodológica**

Compartilhando da visão de que a análise de uma realidade particular é sempre um passo para o entendimento do espaço universal, a pesquisa assumiu um caráter de estudo de caso fazendo uso, essencialmente, de observação participante e entrevistas de cunho informal.

---

<sup>3</sup> Digo *sem brinquedos* porque a ausência deles nestas creches é quase total. As que têm, em sua minoria, os têm em quantidades insuficientes e de difícil acesso para as crianças.

<sup>4</sup> A predominância desse tipo de rotina, essencialmente, centralizada no adulto, pouco ou quase nada atenta e receptiva às especificidades da criança pequena, tem sido denunciada por vários estudos, dentre eles, Esteban (1993), Gomes (1993), Gonçalves (1994), Andrade (1994) e Bujes e Hoffmann (1991).

O trabalho de campo foi realizado no período de 7h às 17h nos dias 22 e 23 de Julho de 2009, em uma creche comunitária, escolhida dentre aquelas as quais tive oportunidade de entrar em contato.

Trata-se da creche comunitária *Cantinho Feliz*. Seu nome, aqui, é fictício e foi escolhido dentre uma lista de outros nomes indicados pelo pessoal da creche, por expressar a visão de criança e um dos objetivos principais da educação desenvolvida na e pela creche, refletidos, sobretudo, em sua rotina diária e nas interações estabelecidas entre adultos e crianças.

A preferência por esta creche deveu-se principalmente a dois aspectos. O primeiro deles é o fato dela fazer parte do conjunto de cinco creches cuja qualidade do atendimento prestado às crianças teve uma avaliação inicial, baseada, dentre outros referenciais, nos *Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças* (Brasil, 1994). Semelhante as outras creches, ela também apresenta problemas instalações precárias, funcionamento, recursos humanos, proposta pedagógica. Por outro lado, tem se constituído em poderosa aliada para as famílias, já que proporciona proteção e cuidados mínimos em jornada de tempo integral às suas crianças. O segundo aspecto é o fato do resultado parcial dessa avaliação ter sido apresentado e discutido nessa creche com a participação de todas as pessoas que lá trabalham. Somem-se ainda a esses aspectos o reencontro com professoras já observadas e entrevistadas e o uso de informações básicas já sistematizadas sobre a história e o funcionamento desta instituição. Por reunir todas essas características e, desta forma, não se diferenciar substancialmente do conjunto das demais creches, compreende-se que esta unidade constitui um caso típico que caracteriza bem a creche comunitária de Fortaleza que mantém convênio com a SETAS, órgão vinculado ao governo do Estado, responsável pelo maior número de creches comunitárias em todo o Ceará.

#### **4.2 Conhecendo a *Cantinho Feliz***

Esta creche pertence à quarta Região da SETAS e está situada em um bairro periférico da cidade de Fortaleza (Figura 01) marcado pela pobreza, incipiente rede de água e esgoto e deficitário serviço de coleta de lixo. Quase metade das 2.858 crianças residentes nessa área que têm entre 0 e 6 anos de idade são provenientes de famílias cuja renda não ultrapassa um salário mínimo (IBGE, 1996).

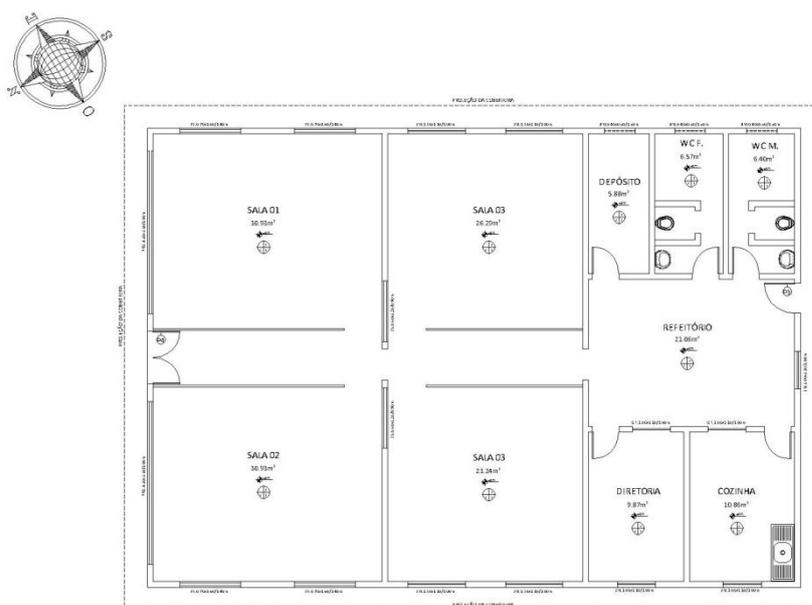
Os moradores não desfrutam de tranqüilidade dada a ocorrência de assaltos, uso de drogas e violência. Inaugurada em julho de 1990, a creche já contava com o convênio do

Governo do Estado que continua sendo a principal fonte de receita. A creche funciona de segunda a sexta, em período integral, das 07:00h às 17:00h, de fevereiro a dezembro.



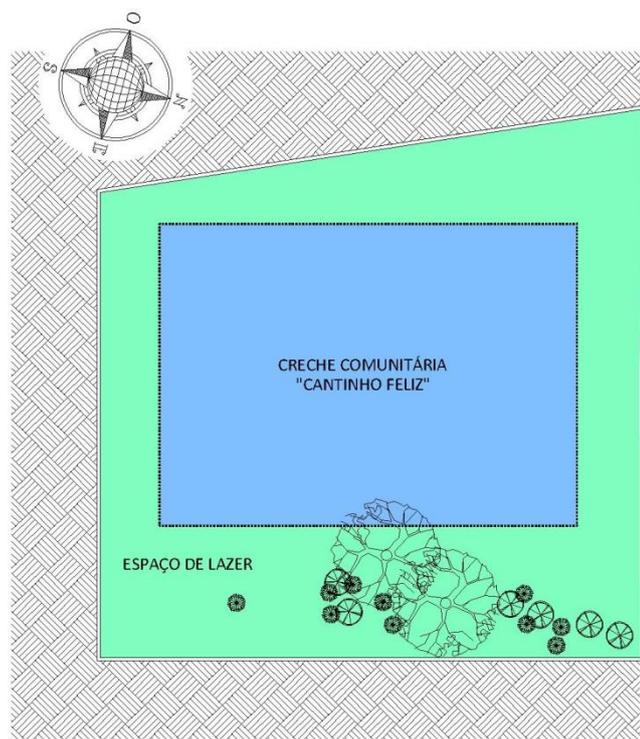
**Figura 01.** Logradouro da creche comunitária *Cantinho Feliz*.  
FONTE: Google Earth (2009)

O prédio onde funciona é próprio, mas não foi construído para este fim. Antes era uma casa que pertencia a alguém que morava na comunidade e só depois foi adaptado. Os espaços internos constam de quatro salas divididas por faixas etárias, uma varanda, uma cozinha, uma área de serviço (leia-se: um tanque), uma despensa, dois banheiros, um refeitório e uma sala que funciona como secretaria, coordenação e direção (Figura 02).



**Figura 02.** Esquema de disposição das instalações da creche *Cantinho Feliz*.  
FONTE: Arquivo do autor

Há ainda uma grande área descoberta com sombra decorrente de árvores, um quintal e um espaço onde fica um escorregador de cimento (Figura 03). Ao todo, a creche dispõe de 10 funcionários. As crianças atendidas moram nos arredores e, em sua maioria, são filhas de mães solteiras que trabalham fora de casa. Não possui berçário nem salão. As quatro refeições servidas diariamente acontecem no refeitório e nas salas, que são pequenas, quentes e pouco iluminadas.



**Figura 03.** Esquema de implantação da creche *Cantinho Feliz*.  
FONTE: Arquivo do autor

Em fevereiro de 2001, a creche contava com apenas 30 crianças matriculadas. Em maio de 2006, este número subiu para 97 crianças. A média de frequência diária de crianças é de somente 43 alunos. Por determinação da SETAS, cada sala deve reunir no máximo 25 crianças.

As atividades pedagógicas são feitas, geralmente, no período da manhã, nas salas. Não são feitas todos os dias e não parecem muito planejadas. Quase sempre se traduzem em atividades de recortar, colorir, desenhar e pintar.

Geralmente o banho acontece duas vezes ao dia, sempre antes do almoço e do jantar. Diariamente são servidas quatro refeições: lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar. O almoço geralmente consta de arroz, feijão, macarrão, frango ou carne; no lanche da tarde é servido suco de fruta natural ou artificial; no jantar, há sopa de frango ou algo semelhante. No cardápio, foi observada a ausência de frutas, verduras e legumes. As crianças e as professoras

parecem não gostar muito das refeições: muitos pratos voltam intactos. Também o tempo dedicado a essas refeições é mínimo.

Após o almoço, é a hora do sono. Geralmente acontece de 11:30h às 14:00h. As crianças dormem em suas salas e o repouso é involuntário. O período da tarde é ocupado essencialmente pelo sono, lanche, banho e hora de ir embora. Por volta das 17:00h, as crianças saem da creche sem saudações e/ou despedidas entre elas ou entre estas e as professoras.

A concretização dessa rotina diária é marcada por longos períodos de espera, tanto individuais quanto coletivos. Especialmente nos intervalos que ficam entre a realização das atividades previstas não há nada proposto para as crianças fazerem, exceto esperar. Ocorre, sobretudo:

- a) Depois do lanche da manhã, que acontece de 08:00h às 08:30h, até a professora terminar de elaborar as atividades pedagógicas (aproximadamente 40 minutos);
- b) Depois das crianças terminarem de fazer as atividades pedagógicas até a professora pendurá-la em um cordão (20 a 30 minutos);
- c) Depois das crianças tomarem banho até o almoço ser servido (30 a 40 minutos);
- d) Depois do lanche da tarde até a hora do banho (1 hora e 30 minutos);
- e) Depois do banho da tarde até o jantar servido (por volta de 20 minutos);
- f) Depois do jantar até a hora de ir embora (20 minutos, em média).

Nem mesmo o acesso aos escassos brinquedos é permitido às crianças nesses momentos. Em C, D, E e F as professoras não realizam nenhuma atividade, contribuindo para a ociosidade.

O próximo capítulo reserva o conteúdo a respeito do diagnóstico das creches comunitárias na cidade de São Luís como um estudo de levantamento realizado no sentido de subsidiar a elaboração de políticas educacionais.



As escolas comunitárias no município de São Luís expandem-se com a migração rural e com a implantação do Programa Grande Carajás. A CVRD investiu, nos 16 anos que antecederam a sua privatização, “US\$ 16 milhões em infra-estrutura, creches, escolas, hospitais, rodovias, distritos industriais e recuperação do patrimônio histórico” (CRUZ NETO, 2009).

Quase sempre são vinculadas a entidades comunitárias com diferentes formas de manifestação como Associação de Moradores e Clube de Mães. Enfrentam problemas financeiros para manutenção das atividades escolares, exigindo relações com órgãos governamentais e partidos políticos. Muitas vezes, rompem com a autonomia do processo de organização comunitária e estimulam clientelistas. Entretanto, a escola comunitária, diante da omissão do Estado, tem assumido um papel marcante na escolarização das crianças de camadas populares.

Por esta razão, torna-se importante conhecer em que condições esse processo de escolarização ocorre, qual a sua dimensão e significados sociais.

## **5.1 As Escolas Comunitárias**

Em relatório elaborado pela SEMED de São Luís, a natureza do levantamento permite uma caracterização genérica do problema, quantificando traços comuns e diferenciados. A pesquisa diagnóstica pretendia ser censitária, atingindo a totalidade das escolas. Entretanto, fatores como dificuldade de acesso às escolas, recusa em fornecer informações e demora no processo de coleta de dados condicionaram-na com uma amostra de 312 escolas comunitárias, de um universo cadastrado de 445 pela SEMED. Foram feitos formulários aplicados por estudantes do curso de Pedagogia da UFMA, a partir de bolsas de estudos disponibilizadas pela SEMED.

Registrou-se, em 1997, o fechamento de 06 (seis) escolas, explicados pela ausência de convênios que financiassem a manutenção do ensino.

No Quadro 01 observa-se a existência de escolas de pequeno porte. Em relação ao maior número de alunos registrados, existem escolas de grande porte (com mais de 500 alunos). Este dado merece destaque podendo significar a ausência da ação educacional, o descrédito das escolas públicas e a valorização das escolas comunitárias ou, ainda, o poder mobilizador das entidades comunitárias.

PÓLOS	QUANTIDADE DE ESCOLAS	QUANTIDADE DE ALUNOS	
		Mínima	Máxima
Itaqui/Bacanga	71	60	713
Cidade Operária	58	17	558
Anil	23	61	602
Turu	21	50	355
Maiobão	11	131	901
Zona Rural I	13	85	379
Zona Rural II	32	28	219
São Cristóvão	58	32	686
Centro	44	29	586
João Paulo	33	45	925
Cohama	08	71	326
Maranhão Novo	15	32	461
Sacavém	39	75	325
São Francisco	07	85	285
Cohab/Cohatrac	12	29	103
<b>TOTAL</b>	<b>445</b>		

**Quadro 01.** Total de escolas comunitárias cadastradas na SME por pólos e amplitude de variação do número de alunos nas escolas.

FONTE: SEMED (1998)

As significações desses dados são decisivas para a construção de políticas públicas educacionais eficazes.

## 5.2 A Vila Luizão

Segundo o IBGE, caracteriza-se como aglomerado humano subnormal um conjunto constituído por unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até o período recente, terrenos de propriedade alheia dispostos, em geral, de forma desordenada, densa e carente de serviços públicos essenciais.

### 5.2.1 Histórico

O lugar foi fundado pelo líder comunitário Luizão, morto em 2001 e existe há mais de 14 anos. A maioria absoluta, que não são muitas, das obras realizadas pelo poder público são

de iniciativa do município. Na época, a invasão contou com o apoio de que 5 mil famílias que resolveram ocupar os terrenos próximos ao bairro Sol e Mar alegando que não tinham onde morar.

A Vila Luizão tem mais de 35 mil moradores. Apesar de considerado como invasão pela Prefeitura, os terrenos são valorizados porque é tida como nobre por ficar próximo à região de praias.

O bairro teve seu processo de evolução urbana nas décadas de 70 e 80, caracterizado como adensamento populacional. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo deste bairro e uma grande quantidade de crianças atendidas pelo Conselho Tutelar, a Vila Luizão tem a necessidade de uma creche comunitária que atenda ao público infantil de 0 a 3 anos de idade.

### 5.2.2 Educação

Até o ano de 2005, a única escola desta área era a UEB Luiz Gonzaga, que atendia 570 crianças, de 4 a 6 anos. A necessidade da implantação de espaços físicos adequados em creches seja de caráter comunitário, pública ou privada, é a partida inicial desta pesquisa, que se justifica por literaturas que facilitam diagnosticar o comportamento de crianças desta faixa etária a que se propõe. Hoje, o bairro já foi contemplado com a construção de mais uma escola, a UEB Leonel Brizola.

O processo educativo não se restringe à relação individual entre professor e alunos. Quem realmente educa é o ambiente geral, em um clima cultural complexo que envolve, no processo educativo, alunos, professores, administradores da escola e população. O espaço físico, sua fachada, o jardim, as salas de aulas, a sala dos professores, enfim, toda a organização arquitetônica do espaço é parte importante desse determinado ambiente que educa (BUFFA, 2002).

### 5.3 Pesquisa de Campo

A metodologia utilizada combina alguns métodos de coleta de dados. Primeiro, a análise de documentos relativos às políticas públicas de lazer e aos processos de aprovação de projeto junto à comunidade. E, segundo, a observação do usuário em campo, onde se realizou

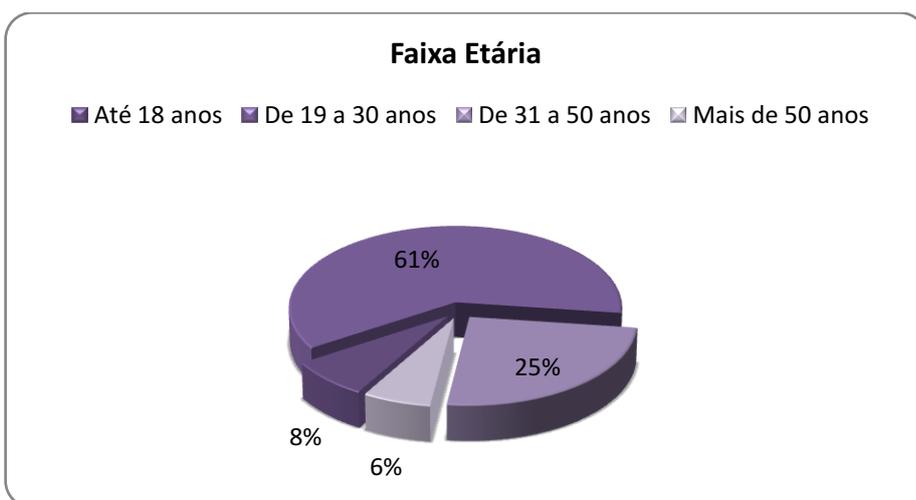
anotações, registros de conversas informais e entrevistas semidirigidas com a comunidade, entre jovens e adultos.

Para viabilizar a melhor conformação da creche comunitária na Vila Luizão, aplicou-se um questionário (Apêndice A), de caráter informal, com 80 famílias considerando os aspectos socioeconômicos dos pais, o espaço físico ocupado pelas crianças, as atividades diárias desenvolvidas pelas mesmas e a tipologia dos brinquedos que existiam em suas casas. A pesquisa foi realizada nos dias 25, 26, 27, 28, 29 e 30 de maio de 2009, com ênfase para o fato de muitos moradores não contribuírem para a pesquisa.

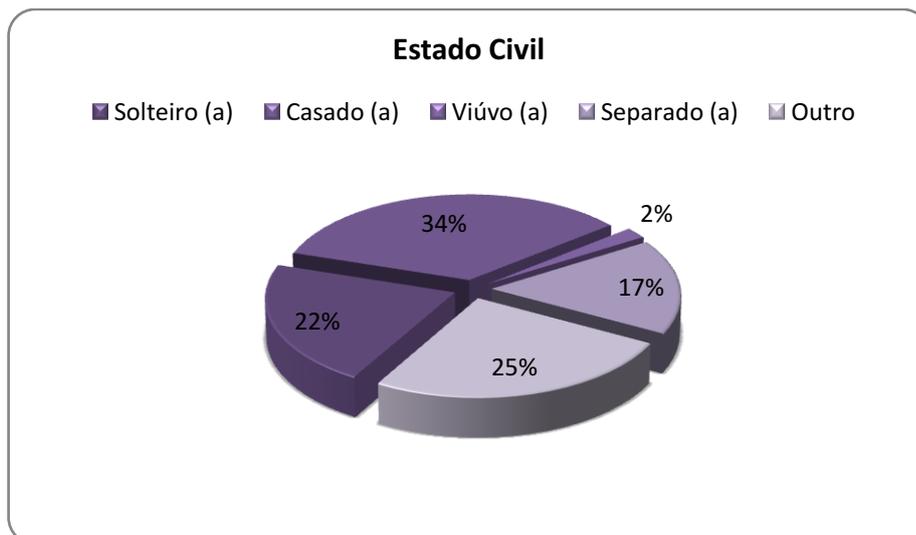
Responderam ao questionário homens e mulheres de 18 a 50 anos (Gráfico 01 e Gráfico 02), com maioria em grupos casados (Gráfico 03).



**Gráfico 01.** Sexo.  
FONTE: Arquivo do autor

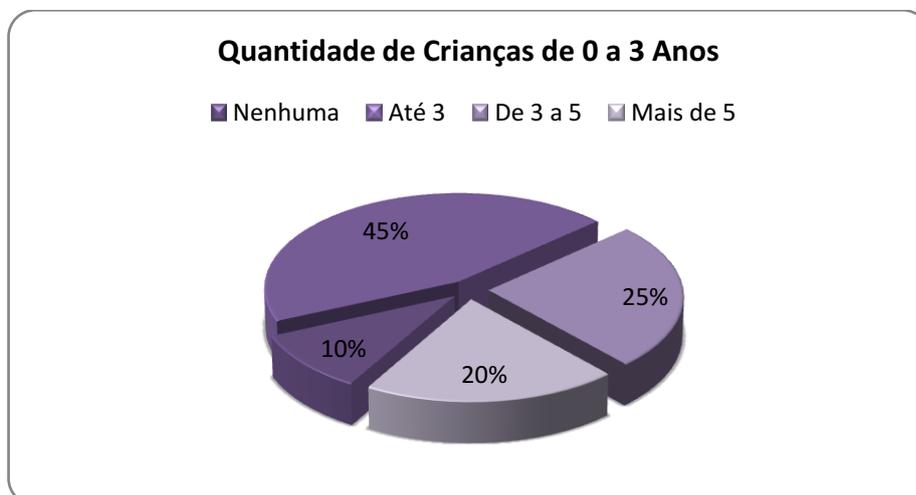


**Gráfico 02.** Faixa etária.  
FONTE: Arquivo do autor



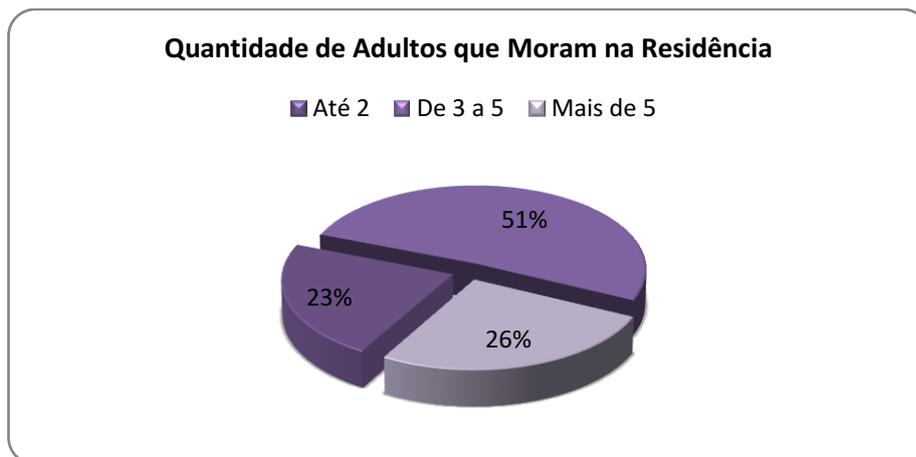
**Gráfico 03.** Estado civil.  
 FONTE: Arquivo do autor

Os entrevistados foram questionados sobre a quantidade de crianças de 0 a 3 anos que residiam em suas casas, conforme expresso no Gráfico 04. O resultado é decisivo para a elaboração do briefing na condição de se ter um pré-dimensionamento básico para a concepção do projeto, abordado no capítulo sétimo.



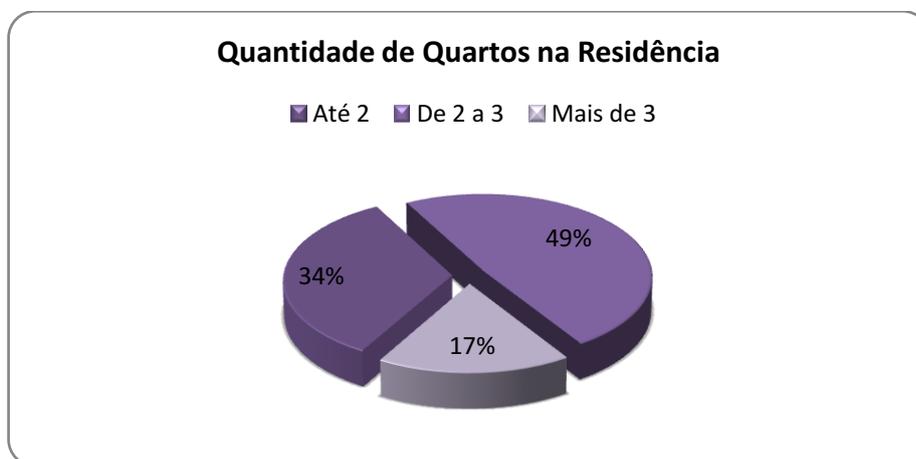
**Gráfico 04.** Quantidade de crianças de 0 a 3 anos.  
 FONTE: Arquivo do autor

Vygotsky *apud* Lins (1999) classifica o brincar em fases onde na “primeira fase, a criança começa a se distanciar do seu primeiro meio social, representado pela mãe (...); na segunda fase caracterizada pela imitação, a criança copia os modelos dos adultos; na terceira é marcada pelas convenções que surgem de regras a estas associadas”. Então, questionados sobre a quantidade de adultos que moram na casa, obteve-se o resultado expresso no Gráfico 05.

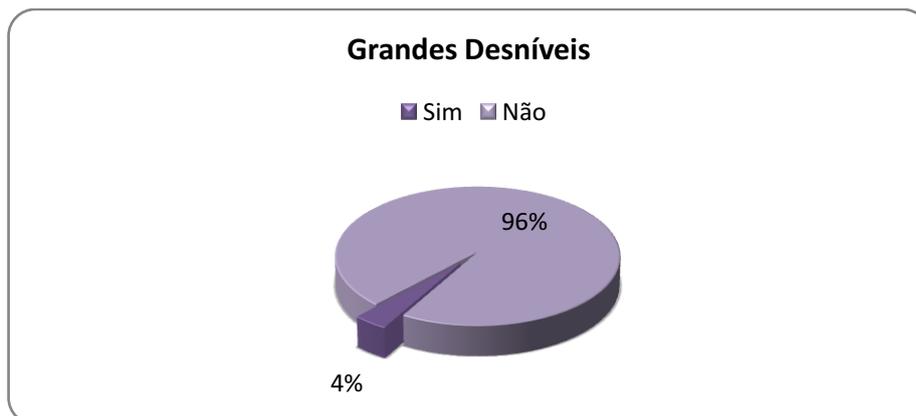


**Gráfico 05.** Quantidade de adultos que moram na residência.  
 FONTE: Arquivo do autor

Uma parte do questionário foi dedicada ao espaço físico ocupado pelos moradores, incluindo as crianças da faixa etária a que se destina o anteprojeto. É importante que o ambiente familiar seja dotado de espaço físico adequado de forma a promover o desenvolvimento global da criança, assim como desníveis e superfícies onde a criança pudesse cair com segurança (Gráficos 06, 07 e 08)

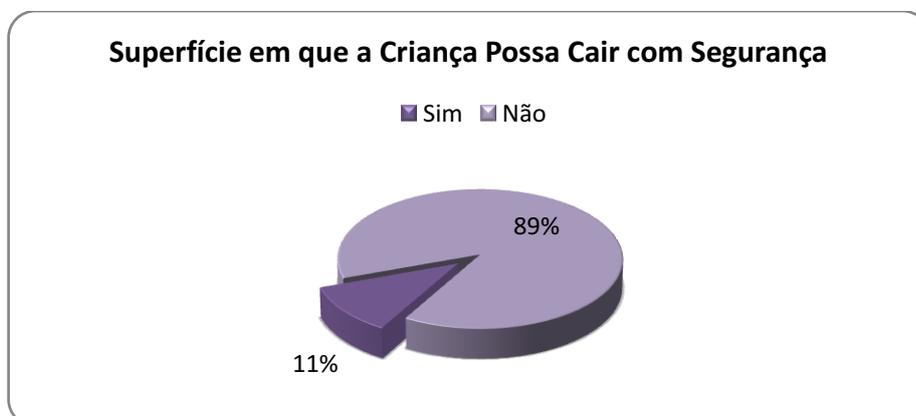


**Gráfico 06.** Quantidade de quartos na residência.  
 FONTE: Arquivo do autor



**Gráfico 07.** Grandes desníveis.

FONTE: Arquivo do autor



**Gráfico 08.** Superfície em que a criança possa cair com segurança.

FONTE: Arquivo do autor

Dos resultados encontrados, ressalta-se que os ambientes onde as crianças moram não constituem riscos de acidentes. Em quase metade dos imóveis existem mais de dois quartos.

Os entrevistados foram indagados sobre a existência de áreas livres pela residência para que a criança pudesse exercer atividades físicas (Gráfico 09) e educativas (Gráfico 10), como quintais, terraços ou garagem, obtendo-se:

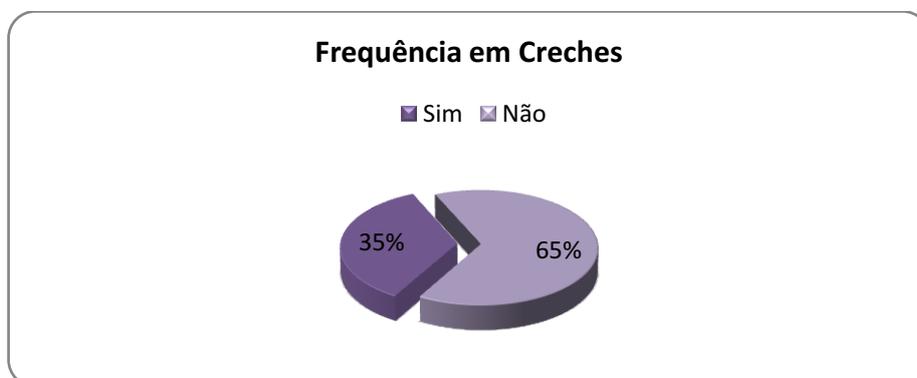


**Gráfico 09.** Espaço amplo para lazer.  
 FONTE: Arquivo do autor



**Gráfico 10.** Utilização de brincadeiras e jogos educativos.  
 FONTE: Arquivo do autor

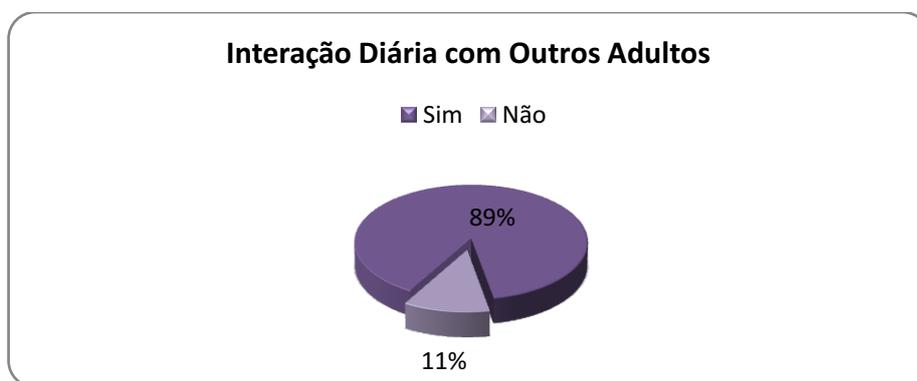
Na seção C do questionário, onde se reservaram questões como frequência em creches (Gráfico 11) e interação criança-criança (Gráfico 12) e adulto-criança (Gráfico 13), obteve-se os seguintes resultados.



**Gráfico 11.** Frequência em creches.  
 FONTE: Arquivo do autor

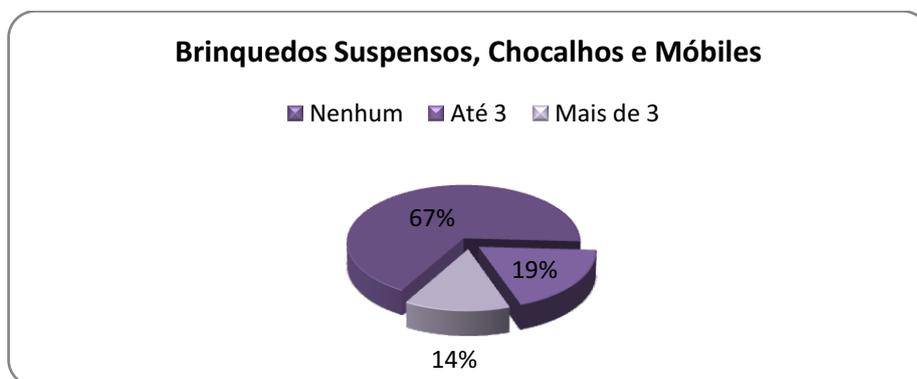


**Gráfico 12.** Interação diária com outras crianças.  
 FONTE: Arquivo do autor



**Gráfico 13.** Interação diária com outros adultos.  
 FONTE: Arquivo do autor

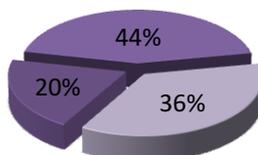
Para finalizar o questionário, foi dada uma lista de brinquedos e suas respectivas imagens para que respondessem sobre a existência ou não de determinadas tipologias em suas residências. Foram levados em consideração instrumentos como: objetos suspensos, chocalhos e móveis (Gráfico 14); bonecos de pelúcia, mordedores e brinquedos de água (Gráfico 15); utensílios domésticos, telefones e chaves (Gráfico 16); quebra-cabeça, brinquedos de encaixe e bonecos musicais (Gráfico 17); materiais locomotores, espelhos e cavalos de balanço (Gráfico 18) e equipamentos musicais (Gráfico 19).



**Gráfico 14.** Brinquedos suspensos, chocalhos e móveis.  
 FONTE: Arquivo do autor

### Bonecos de Pelúcia, Mordedores e Brinquedos de Água

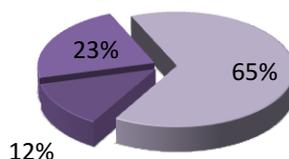
■ Nenhum ■ Até 3 ■ Mais de 3



**Gráfico 15.** Bonecos de pelúcia, mordedores e brinquedos de água.  
FONTE: Arquivo do autor

### Utensílios Domésticos, Telefones e Chaves

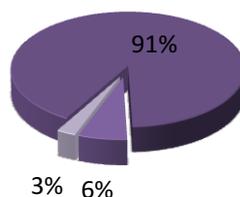
■ Nenhum ■ Até 3 ■ Mais de 3



**Gráfico 16.** Utensílios domésticos, telefones e chaves.  
FONTE: Arquivo do autor

### Quebra-cabeça, Brinquedos de Encaixar e Bonecos Musicais

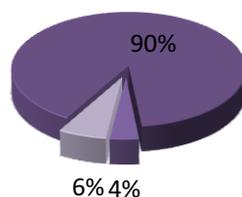
■ Nenhum ■ Até 3 ■ Mais de 3



**Gráfico 17.** Quebra-cabeça, brinquedos de encaixar e bonecos musicais.  
FONTE: Arquivo do autor

### Materiais Locomotores, Espelhos e Cavalos de Balanço

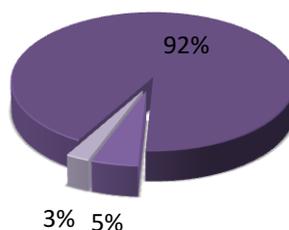
■ Nenhum ■ Até 3 ■ Mais de 3



**Gráfico 18.** Materiais locomotores, espelhos e cavalos de balanço.  
FONTE: Arquivo do autor

### Equipamento Musical

■ Nenhum ■ Até 3 ■ Mais de 3



**Gráfico 19.** Equipamento musical.  
FONTE: Arquivo do autor



Ao relacionar os temas da Arquitetura e da Educação, tenta-se compreender os significados impressos ao espaço público urbano pelos sujeitos envolvidos nos processos de sua construção: produtores e usuários. O objetivo geral é a elaboração de um anteprojeto de arquitetura que atenda às necessidades locais expressas no Capítulo IV.

## **6.1 Proposta do Anteprojeto**

### 6.1.1 Organização Espacial Específica

Uma abordagem ou perspectiva ecológica, que enfatiza a relação bidirecional entre pessoa e ambiente, tem sido apontada como necessária para o estudo do desenvolvimento humano. Esta perspectiva aponta o papel ativo da pessoa em seu desenvolvimento através de suas capacidades para descobrir, manter e/ou alterar as propriedades do ambiente (MOORE, 1987).

Os comportamentos infantis são influenciados pelo ambiente físico e social, fornecido pelos adultos, que os organizam de acordo com seus objetivos pessoais, construídos com base em suas expectativas sócio-culturais sobre os comportamentos e desenvolvimento infantis. Por outro lado, a criança participa ativamente de seu desenvolvimento através de relações com o ambiente físico e social, dentro de um contexto sócio-histórico específico. A criança explora, descobre e inicia ações em seu ambiente; selecionam parceiros, objetos e áreas para suas atividades, mudando o ambiente através de seu comportamento.

Diferentes maneiras de organizar o espaço oferecem suporte para diversas formas de organização social, especialmente em ambientes de educação coletiva como as creches. Nos tópicos a seguir, tende-se ao esclarecimento de ambientes restritos a estas instituições, como berçário e lactário. As interações entre as crianças são tão importantes quanto à interação adulto-criança para o desenvolvimento, ambas servindo a diferentes funções e exigindo competências diversas (HARTUP, 1987; OLIVEIRA; FERREIRA, 1993).

#### 6.1.1.1 Berçário

A visão de que a criança de zero a dois anos é um ser passivo, ainda não preparado para o aprendizado é coisa do passado, como afirma a coordenadora pedagógica Patrícia Takada

da Secretaria de Educação da prefeitura de São Paulo. “O cuidar e o educar são indissociáveis. O cuidado físico está inserido em um contexto. E o berçário tem de cumprir também o papel educacional.” Ou seja, não basta trocar, dar banho e colocar para dormir. O professor de berçário deve ser preparado para lidar com crianças dessa faixa etária, promovendo as chamadas experiências significativas, tornando-as protagonistas de suas aprendizagens.

Por tudo isso, o berçário pouco tem a ver com o trabalho de uma babá, mesmo quando o trabalho é bastante especializado, como acontece no Pequeno Reino, que fica no bairro Vila Nova Conceição, São Paulo (Figura 01). Lá, a relação é de um profissional para cada três bebês, enquanto que em berçários da rede pública e outros da rede privada, a relação costuma ser de um profissional a cada cinco a sete bebês.



**Figura 04.** O ambiente ideal para o bebê.

FONTE: Revista Educar Para Crescer

Um aspecto que deve ser levado em consideração é o ambiente, que deve ser acolhedor. Nem sempre um visual atraente diz muito sobre o berçário. A Revista *Educar Para Crescer* traz cinco elementos necessários para o bom berçário, a saber:

- **Espaços diversificados:** para a criança repousar, brincar, se alimentar e ter contato com outras crianças. A idéia de confinamento e tranquilidade absoluta é ultrapassada. Apenas o local de repouso deve ser resguardado, na medida do possível, para que a criança possa descansar com sossego. O refeitório deve ser separado e muito bem limpo.
- **Brinquedos adequados:** de preferência, materiais que desafiem as crianças, fazendo-a avançar o desenvolvimento em suas atividades.
- **Socialização:** o bebê aprende quando interage com adultos e outras crianças de sua idade ou mais velhas.

- **Educadores preparados:** com formação específica para a faixa etária, que conversem com as crianças, interajam com elas e saibam os cuidados básicos com higiene e alimentação.
- **Ambiente arejado e seguro:** o ideal é que haja iluminação natural e decoração atraente. Um ambiente bonito é mais acolhedor e estimulante. No chão, barras próximas às paredes, almofadas e rolos que ajudam as crianças a se movimentarem. A presença de espelhos é importante para a construção da identidade.
- **Bom relacionamento com os pais:** deve haver um canal aberto de comunicação entre pais e educadores, que podem compartilhar experiências sobre as crianças. Quanto mais a criança for conhecida pelos dois lados envolvidos, melhor.

O importante é que as crianças vivam dentro de uma cultura. A escola infantil é um lugar onde as crianças aprendem as regras de convívio social, a integrar-se com outras crianças, a trabalhar em grupos, a dividir a professora, os brinquedos e os materiais, a cuidar das suas coisas (BARBOSA, 2006).

Os bebês constroem os seus territórios e suas identidades a partir de movimentos como deslizar, engatinhar, sentar, ficar em pé, caminhar. Estes modos de se movimentar fazem com que as crianças consigam ver o mundo de diferentes posições. É preciso que este espaço ofereça uma série de atividades que auxiliem a capacitar a criança em seus movimentos. Como as crianças de zero a três anos estão com a estrutura óssea incompleta, seus músculos precisam de um maior exercício diário para manter as partes móveis em movimento e as partes estáticas em equilíbrio. Nesta faixa etária o movimento e a cognição estão muito próximos.

#### 6.1.1.2 Lactário

O lactário é uma unidade obrigatória em toda instituição que mantém leitões para crianças e berços para recém-nascidos. Destina-se ao preparo do leite e seus substitutos, a partir de técnicas adequadas, de modo a oferecer à criança uma alimentação sem risco mínimo de contaminação (DIOGO, 1963).

Deve-se dar grande ênfase ao planejamento desta unidade. A eficiência das operações dentro de um lactário depende muito da localização correta do local, espaço, arejamento e distribuição conveniente das áreas de trabalho, além da instalação de equipamentos apropriados, a fim de que todas as técnicas possam ser executadas de forma ordenada (AMERICAN HOSPITAL ASSOCIATION, 1958).



As teorias pedagógicas deveriam ter sido acompanhadas dos aspectos físicos necessários para dar qualidade aos ambientes escolares para realização das atividades. Analisando as teorias e os pensamentos das abordagens pedagógicas, é possível imaginar o tipo de espaço físico condizente com as atividades em cada abordagem.

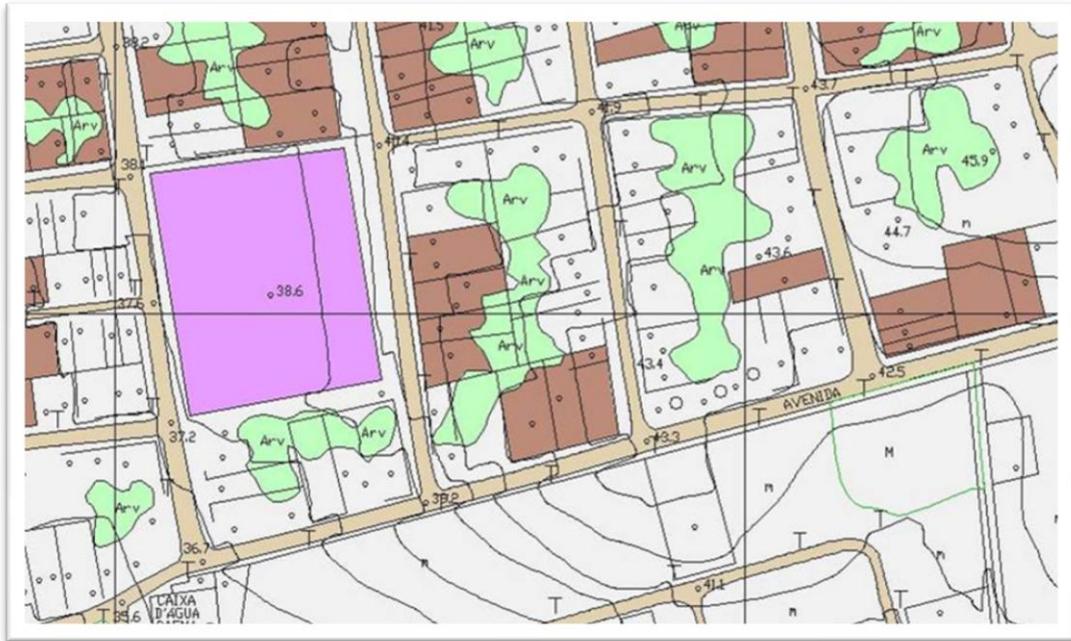
Deveria haver uma relação entre uma tendência pedagógica e a modelagem estético-estrutural do espaço físico que tem na configuração, na estrutura e no partido estético das edificações escolares, reflexos do momento político-ideológico e da realidade social urbanística. As teorias de Froebel e Decroly, por exemplo, pressupunham a existência de amplos espaços internos e externos. As teorias de Froebel também sugerem um diferente layout das salas devido ao material didático proposto e atividades físicas com corpo.

Anísio Teixeira trouxe para o Brasil as idéias inovadoras de Dewey, que sugeriam maior democratização no uso do espaço escolar, ou seja, espaços abertos e sem divisórias. Ainda hoje é muito difícil relacionar espaço físico com modelo educacional.

## **7.1 Topografia e Componentes Formadores do Entorno**

Muitos dos terrenos disponíveis nas áreas das localizações admissíveis apresentam características desfavoráveis à construção das edificações escolares. Com efeito, esses terrenos restaram da intensa ocupação por via dos loteamentos clandestinos e dos adensamentos. Nesse caso, deplora-se a falta do planejamento e do desenho urbano, atividades que poderiam desenvolver uma sistemática análise locacional para a melhor implantação dos equipamentos urbanos.

Diante da falta de dados estritamente precisos, utilizou-se a cota disponibilizada por mapas da CAEMA conforme apresentado na Figura 05, considerando a cota de 38,06m acima do nível do mar, plano, portanto. São encontradas algumas espécies vegetais no entorno, bem como lotes murados e vias pavimentadas. O quadrilátero de cor roxa é a área de localização do projeto. No entorno (Figura 06), localizam-se as ruas 01 (Nossa Senhora da Conceição), 02 (Avenida Sol e Mar) e 03 (Avenida João Alberto), bem como a existência de duas escolas municipais, a Luiz Gonzaga (estrela amarela) e a Leonel Brizola (estrela preta).



**Figura 05.** Planialtimetria cadastral do terreno.  
 FONTE: CAEMA (2002)



**Figura 06.** Componentes formadores do entorno.  
 FONTE: Elaboração do autor, a partir da figura do Google Earth.

## 7.2 Viabilidade Junto ao Plano Diretor

O terreno está situado na Avenida Sol e Mar da Vila Luizão, na Zona Residencial Seis (ZR-06) e possui área aproximada de 5.752,30m<sup>2</sup>. De acordo com as exigências da Lei 3.253 de 29 de Dezembro de 1992 (Artigos 28 a 31). Para a determinação das áreas listadas, utilizaram-se os conceitos dispostos nesta Lei.

<b>Usos Permitidos</b>		
E1: Educação	Ensino pré-escolar, parque infantil (com recreação orientada)	
E2: Lazer e Cultura	Área para recreação infantil	
<b>Área Total Máxima Edificada (ATME)</b>		
Até 210% do terreno		
<b>Área Livre Mínima do Lote</b>		
50% do terreno		a=3.619,50m <sup>2</sup>
<b>Área de Recreação</b>		
<i>Desconsiderado passeio público</i>		a=4.422,62m <sup>2</sup>
<b>Área Institucional</b>		
<i>Área coberta destinada à creche</i>		a=803,12m <sup>2</sup>
<b>Área Permeável</b>		
		a=1.519,41m <sup>2</sup>

### **Quadro 02.** Exigências do Plano Diretor.

FONTE: Elaboração do autor

## 7.3 Acessos

O acesso principal ao terreno se dá pela Avenida dos Holandeses (corredor primário), com entrada pela Avenida Sol e Mar (via coletora). Formado pelos cruzamentos das Avenidas Sol e Mar e João Alberto e ruas Nossa Senhora da Conceição e Canavial, encontra-se o terreno que dista 1,5km do corredor primário.

## 7.4 Briefing

As instalações físicas da escola concorrem não somente para a convivência social de educadores e educandos, mas, sobretudo, para desenrolar um processo pedagógico como um todo. Para tanto, são importantes as ações de planejamento que contribuem para a convergência dos interesses em jogo e para a efetivação do processo. Essas ações principiam na elaboração do projeto arquitetônico e resultam no uso do prédio escolar.

A atratividade ambiental e a discussão da infra-estrutura física da escola contribuem para o sucesso do trabalho pedagógico. Entre a arquitetura escolar desenhada e as práticas pedagógicas propostas pelos educadores há uma grande distância; a Arquitetura pode criar facilidades ou impedimentos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O Briefing (Quadro 03), quando trabalhado em termos de projeto de arquitetura, difere de Arquiteto para Arquiteto. Cada um organiza, interpreta e expressa-o ao seu modo em um todo coerente. É nesse instante que a arquitetura escolar se humaniza.

AMBIENTE	ÁREA (m <sup>2</sup> )	VÃOS	
		Porta	Janela
Hall de entrada	5,40		
Refeitório	48,04		
Circulação	30,71		
Diretoria/Secretaria	17,00	x	x
Banheiro infantil	18,00	x	x
Lactário	13,88	x	x
Fraldário	21,44	x	x
Rampa	11,10		
Circulação solário	7,95		
Sala Terra	38,72	x	x
Sala Fogo	54,95		
Sala Ar	17,77	x	x
Sala Água	18,00	x	x
Cozinha	11,70	x	x
Depósito	5,85	x	x
Lavatório	4,84	x	
Vestiário Masculino	3,12	x	x
Vestiário Feminino	3,12	x	x
Calçamento externo	394,90		
Playground I e Horta	410,32		
Playground II	164,68		
Quadra de esportes	250,00		
Estacionamento (20 vagas)	250,00		

### Quadro 03. Briefing.

FONTE: Elaboração do autor.



**Figura 07.** Implantação geral  
 FONTE: Elaboração do autor

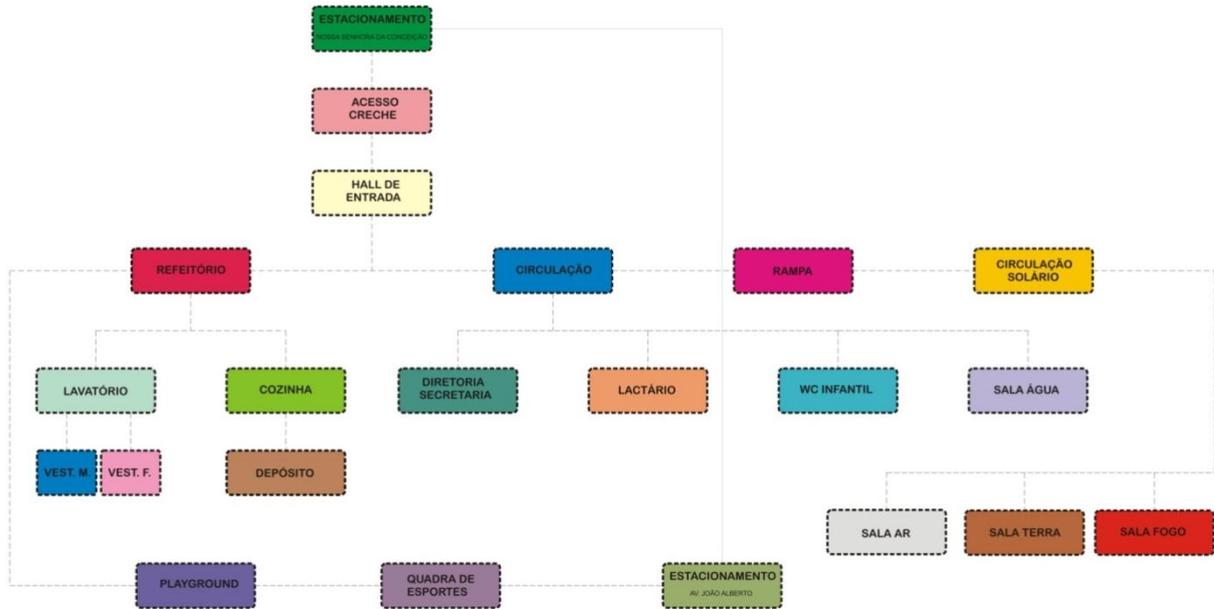


1 Hall de entrada. 2 Refeitório. 3 Circulação. 4 Diretoria. 5 Cozinha. 6 Depósito. 7 Vestiários Masculino e Feminino. 8 Lavatório. 9 Lactário. 10 Fraldário. 11 Berçário. 12 Solário. 13 Sala Ar. 14 Sala Água. 15 Banheiro Infantil

**Figura 08.** Planta baixa.  
 FONTE: Elaboração do autor

## 7.5 Fluxograma

O fluxograma (Figura 07) apresenta o esquema do processo de projeto e disposição dos ambientes.



**Figura 09.** Fluxograma.  
FONTE: Elaboração do autor



O projeto arquitetônico de uma escola deve ser elaborado de forma a atender às exigências legais dos programas de ensino, dos usuários e da comunidade. As decisões técnicas e projetuais, para escolas construídas com recursos públicos, deverão considerar que ela é um dos equipamentos públicos mais abertos e interativos com o cotidiano a cidade, onde o espaço físico é parte integrante do processo pedagógico.

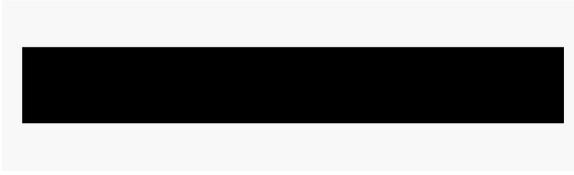
Apesar de assimilado o princípio constitucional de “Educação para todos”, a cultura escolar, através de suas práticas e conteúdos predominantemente estabelecidos, não abre espaço para a massa diversificada de alunos, com desigual capital de origem familiar e social, com desiguais expectativas e interesses que se enfrentam conteúdos e ritos pedagógicos de transmissão de conhecimentos homogeneizados.

Ressalta-se que aspectos físicos como uma boa iluminação, bom aproveitamento da luz solar e dos ventos, a observância da escala do usuário, comunicação visual, tátil e sonora são fatores inerentes à qualidade do ensino, dos espaços e da habitabilidade dos mesmos.

A organização física é obtida através de organogramas funcionais. É preciso conhecer a rotina, as necessidades dos determinados ambientes e suas relações. O Partido Arquitetônico desta creche faz alusão à Cidade como organismo vivo. O prédio está disposto de forma que lembre a cidade, os passeios possuem semelhança com as vias de trânsito. Ao centro localiza-se o pátio que, assim como a praça sendo um equipamento urbano de concentração de pessoas, possui seu valor e semelhança. Da mesma forma que a pedagogia de Freinet aproxima o processo educativo da realidade, a proposta deste anteprojeto é aproximar a organização espacial da realidade física da cidade.

O sistema construtivo deste projeto se baseia em vigas baldrame, constituídas de brocas interligadas por concreto contínuo, aterro e contrapiso; paredes internas externas construídas em tijolos cerâmicos autoportantes (0,11x0,115x0,12cm); laje em concreto armado e cobertura em telha metálica; acabamentos do tipo louças, metais, revestimentos e caixilhos especificados em projeto; as instalações hidráulicas com tubos e conexões em PCV rígido para distribuição de água fria e esgotos, nos limites da edificação; e as instalações elétricas em caixilhos de 4x2 e 4x4 e condutores em PVC corrugado, além de fiação, interruptores e tomadas. Louças, metais e acessórios são da marca Deca e Incepa e itens relativos à luminária, da ITAIM Iluminação. Foram especificadas tintas Suvinil, esquadrias de alumínio nos padrões da Alcoa e forros Knauf. As demais especificações estão dispostas em projeto.

Para o entendimento de concepção da forma final, optei por pequenas alterações de um paralelepípedo, conforme quadro abaixo de solução volumétrica:



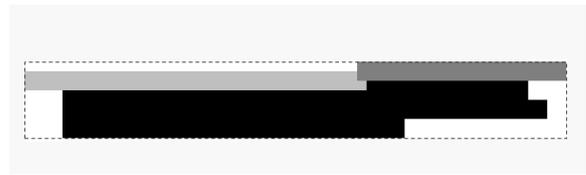
**Figura 10.** Forma geradora.  
FONTE: Elaboração do autor



**Figura 11.** Subtração formal.  
FONTE: Elaboração do autor



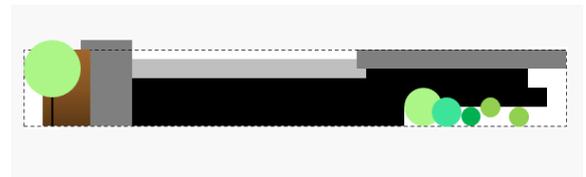
**Figura 12.** Balanço extremo.  
FONTE: Elaboração do autor



**Figura 13.** Aversão à forma paralelepipedal.  
FONTE: Elaboração do autor



**Figura 14.** Contraposição de horizontalidade.  
FONTE: Elaboração do autor



**Figura 15.** Volumes verticais finais.  
FONTE: Elaboração do autor

De posse dessas constatações do partido adotado, verifica-se a forma final do conjunto ao qual se destina como área institucional (Figura 16) e a implantação geral à qual se destina às vocações de lazer e educacional (Figura 17).



**Figura 16.** Fachada volumétrica principal.  
FONTE: Raoni Muniz Pinto (2009)



**Figura 17.** Implantação volumétrica  
FONTE: Raoni Muniz Pinto (2009)



Ao elaborar um Trabalho Final de Graduação envolvendo Arquitetura e Pedagogia, surgiu a necessidade de aprofundar certos conhecimentos, principalmente na área da Educação. Da mesma forma que o arquiteto se vê obrigado a entender minimamente o universo de uma nova temática de projeto, era imprescindível que, dentro dessa pesquisa, as questões ligadas à Pedagogia e aos tipos de necessidades especiais fossem conhecidas.

Através da pesquisa sobre os ideais e os pensamentos dos grandes revolucionários da educação e de algumas abordagens pedagógicas, percebe-se que estes influenciaram os modelos educacionais praticados no Brasil. É interessante perceber que cada abordagem implica em certas necessidades espaciais e que o espaço é a consolidação da Pedagogia.

O atendimento à criança pequena em creches comunitárias pode ser algo muito benéfico para o seu desenvolvimento. Isso se torna possível na medida em que esses ambientes criam as condições que favorecem o crescimento e o desenvolvimento destas. Essas condições incluem tanto o respeito aos direitos e necessidades infantis quanto à organização de uma programação diária capaz de tornar esse lugar um espaço agradável de convivência e educação para todos os que ali permanecem, na maioria das vezes, em tempo integral.

Apesar desta idéia já ser consensual nos âmbitos acadêmico e legal, fazendo-se, inclusive, expressa em documentos oficiais divulgados pelo MEC na última década, o contato com realidades concretas revela que ainda é abissal a distância que separa o cotidiano das instituições de educação infantil, mormente aquelas que atendem crianças pobres, dos avanços obtidos nos planos do discurso e da legislação. No caso da creche comunitária de Fortaleza conveniada à SETAS, em período integral, a aproximação com a sua prática efetiva mostra a presença ainda muito forte de características que marcaram o início da história do atendimento à infância pobre no Brasil.

Tal como se deu desde a construção da primeira creche no País, também hoje, esse equipamento assume papel importante no processo de socialização para a subalternidade das classes pobres (ROSEMBERG, 1999; KRAMER, 1994). É isso que indica este relatório sobre a rotina de uma instituição de educação infantil, que centrou atenção especial no fenômeno da espera e da ociosidade, a fim de identificar e compreender os elementos que concorrem para a conformação de um projeto bem estruturado.

Na visita realizada na creche *Cantinho Feliz* em Fortaleza, pode ser confirmado mais uma vez que as leis existentes no país não conferem com a realidade encontrada no espaço escolar, principalmente por estar em não-conformidade. Uma das maiores dificuldades que os profissionais de projeto encontram para criar espaços escolares ou promover adaptações nos que já existem, é o de encontrar dados ergonômicos sobre espaços infantis.

A partir do relatório desenvolvido junto à SME de São Luís no ano de 1998, constatou-se o crescimento de instituições que se formam em caráter comunitário, conveniadas às ONGs e/ou outras parcerias. Para tanto, há de se ter uma visão diferenciada sobre este tipo de atendimento para a formação completa da criança, na percepção de Vygotsky.

O planejamento da creche visa, sobretudo, a atender a demanda por espaços exigidos pelas atividades educacionais com recursos naturais, construtivos e financeiros. Se o planejamento se resumisse unicamente a atender essas demandas, não haveria muitos problemas com as edificações escolares.

No rol dos significados possíveis da Arquitetura procurou-se considerar tanto a relação da arquitetura da edificação com as tradições da população local quanto o seu compromisso com o trabalho pedagógico.

## Referências

- ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. 2. Ed. Campo Grande, Editora da UFMS; Campinas (SP), Autores Associados, 2004. 288p.
- AMERICAN HOSPITAL ASSOCIATION. **Lactário de um hospital**. São Paulo, Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USB, 1958.
- ARANTES, O. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 2. ed. São Paulo, Edusp, 1993.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2. ed. São Paulo, Papirus, 2001. 111p.
- BARBOSA, M. L. P. Em busca da ordem: Tempos, Espaços e Disciplinamento dos Corpos nas Práticas Escolares. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 57, fev. 2006. (Publicação mensal da Universidade Estadual de Maringá)
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social na realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 14. ed. Petrópolis, Vozes, 1985. 248p.
- BUFFA, E. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. Brasília, São Carlos, EdUFSCar, INEP, 2002. 174p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Imprensa oficial, Brasília, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Critérios para um atendimento... das crianças**. Brasília, MEC/SEF/COEDI, 1994.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 379p.
- CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo, Hucitec, 1996. 150p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1991.
- CRUZ NETO, R. G. **Por uma Vale dos brasileiros**. Disponível em: [http://br.geocities.com/crb\\_bh/textos/Por\\_uma\\_Vale\\_dos\\_Brasileiros.doc](http://br.geocities.com/crb_bh/textos/Por_uma_Vale_dos_Brasileiros.doc). Capturado em 12 mar. 2009.
- DIOGO, S. M. **Lactário de um hospital: organização e funcionamento**. Revista Paulista Hospitalar. 1963. vol. 11, n. 06, p. 27-36.
- DROUET, R. C. R. **Fundamento da educação pré-escolar**. 3. ed. São Paulo, Ática, 1990. 216p.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, Global, 1986. 406p.
- FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo, Studio Nobel, 1997.
- GLUSBERG, J. Ressurreição do lugar público. **AU - Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 65, p. 84, abr./maio 1996.

GUERRA, A. **Três questões sobre urbanismo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 de outubro de 2000, Caderno Mais. 2p.

HARTUP, W. W. **Relations and growth of social competence**. Trabalho apresentado na *China Satellite Conference of the International Society for the Study of Behavioural Development*, Beijin, China, 1987.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/Departamento de População e Indicadores Sociais. **Crianças e adolescentes**: indicadores sociais do município de Fortaleza por bairros e setores censitários. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 8. Ed. Rio de Janeiro, Cortez, 2006.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 3. ed. Porto Alegre, Medicação, 2004. 216p.

LINS, M. J. S. C. 1999. O direito de brincar: desenvolvimento... na perspectiva de Vygotsky. In: **XII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA OMEP**. Paraíba. Anais do XII CBEI da OMEP, p. 41-47.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer da cidade. São Paulo, Brasiliense, 1984. 166p.

MONARCHA, C. [Org.]. **Educação na infância brasileira (1975-1983)**. Campinas (SP), Autores Associados, 2001. 272p.

OLIVEIRA, Z. M. R. F. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2007. 256p.

OLIVEIRA, Z. M. R. F.; FERREIRA, Maria Clotilde R. O valor da interação criança-criança em creches no desenvolvimento infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 87, p. 62-70, 1993.

ROSEMBERG, F. **Educação, gênero e raça**. Trabalho apresentado no encontro da *Latin American Studies Association*. Guadalajara, México, 1997.

SARMENTO, Manuel J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade - Revista de Ciência da Educação**. Campinas, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005.

SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/Coordenadoria de Ações Culturais e Desportivas/Departamento de Programas Especiais. **Diagnóstico das escolas comunitárias no município de São Luís**. São Luís, 1998.

SETAS - SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Creches comunitárias... um caminho**. Fortaleza, 1992.

SITTE, C. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. Tradução por Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo, Ática, 1992. Tradução de *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. 120 p.

## LISTA DE APÊNDICES

	P.
Apêndice A - Questionário (Comunidade do bairro Vila Luizão) .....	65
Apêndice B - Planta de Localização .....	PR. 01.06
Apêndice C - Planta de Implantação/Paisagismo .....	PR. 02.06
Apêndice D - Planta Baixa e Planta de Layout .....	PR. 03.06
Apêndice F - Planta de Cobertura .....	PR. 04.06
Apêndice G - Elevações Transversais .....	PR. 05.06
Apêndice H - Fachadas .....	PR. 06.06

Este questionário é parte integrante do Trabalho Final de Graduação e tem como finalidade compreender a realidade de acesso às creches das crianças moradoras da Vila Luizão.

**A - FAMÍLIA**

Assinalar ao que o (a) identifica melhor.

**01. SEXO**

- Maculino
- Feminino

**02. FAIXA ETÁRIA**

- Até 18
- De 19 a 30
- De 31 a 50
- Mais de 50

**03. ESTADO CIVIL**

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Viúvo (a)
- Separado (a)
- Outro

**04. QUANTIDADE DE CRIANÇAS DE 0-3 ANOS QUE MORAM NA CASA**

- Até 2
- De 3 a 5
- Mais de 5

**05. QUANTIDADE DE ADULTOS QUE MORAM NA CASA**

- Até 3
- De 3 a 5
- Mais de 5

**B - ESPAÇO FÍSICO**

Assinalar ao que identifica melhor o espaço onde vive.

**01. QUANTIDADE QUARTOS EM SUA RESIDÊNCIA (não contar sala, banheiro e cozinha)**

- Até 2
- De 2 a 3
- Mais de 3

**02. EXISTÊNCIA DE ESPAÇO AMPLO PARA O LAZER DAS CRIANÇAS**

- Sim
- Não

**03. EXISTÊNCIA DE SUPERFÍCIES EM QUE A CRIANÇA POSSA CAIR COM SEGURANÇA (acolchoados, colchonetes)**

- Sim
- Não

**04. LUGAR ESPECIAL PARA GUARDAR BRINQUEDOS**

- Sim
- Não

**05. GRANDES DESNÍVEIS**

- Sim
- Não

**C - ATIVIDADES DIÁRIAS**

Estas questões referem-se ao tempo em que a criança está em casa

**01. A CRIANÇA BRINCA TODOS OS DIAS COM OUTRAS CRIANÇAS**

- Sim
- Não

**02. A CRIANÇA BRINCA COM OUTOS ADULTOS, ALÉM DOS PAIS**

- Sim
- Não

**03. UTILIZAM-SE DE BRINCADEIRAS/JOGOS EDUCATIVOS**

- Sim
- Não

**04. A CRIANÇA FREQUENTA CRECHE (Pública ou Comunitária)**

- Sim
- Não

#### D - BRINQUEDOS EXISTENTES NO LUGAR ONDE MORA

Estas questões referem-se ao tipo de brinquedos encontrados na sua casa.

##### 01. BRINQUEDOS SUSPENSOS, ACIMA OU AO LADO DO BEBÊ, MÓBILES



Nenhum

Até 3

Mais de 3

##### 02. BONECOS DE PELÚCIA, BONECOS DE BORRACHA, BRINQUEDOS DE ÁGUA



Nenhum

Até 3

Mais de 3

##### 03. UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, TELEFONES, PANEIS, CONJUNTO DE CHAVES



Nenhum

Até 3

Mais de 3

##### 04. QUEBRA-CABEÇA, BRINQUEDOS DE ENCAIXAR E BONECOS MÚSICAIS



Nenhum

Até 3

Mais de 3

##### 05. CHOCALHOS, MORDEDORES, TAPETES PARA ATIVIDADES E BOLAS



Nenhum

Até 3

Mais de 3

##### 06. MATERIAIS LOCOMOTORES, ESPELHOSE CAVALOS DE BALANÇO



Nenhum

Até 3

Mais de 3

##### 07. EQUIPAMENTO MUSICAL



Nenhum



Até 3



Mais de 3

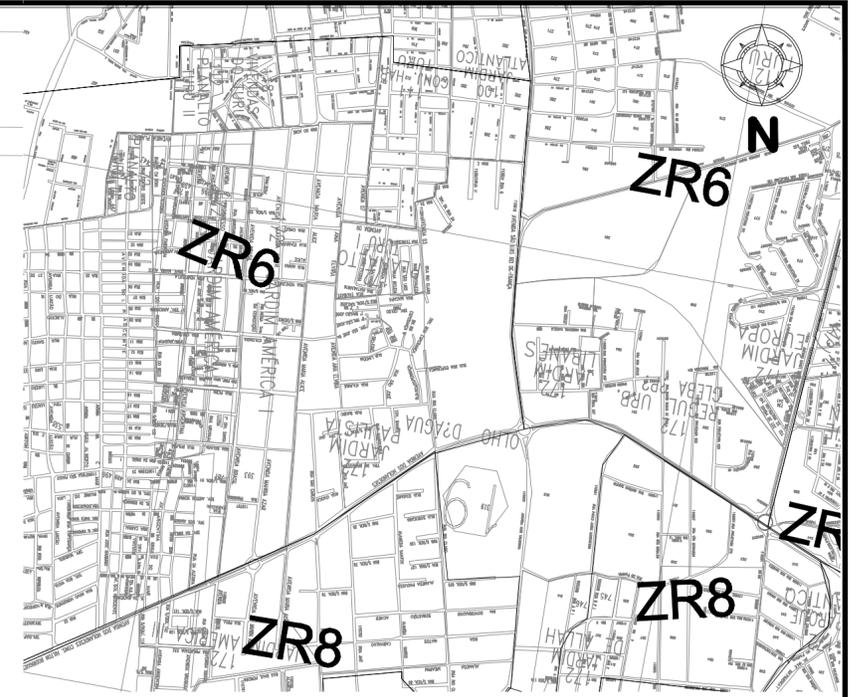
AVENIDA JOÃO ALBERTO



RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

AVENIDA SOL E MAR

02 SITUAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E PAISAGISMO  
ESCALA 1:500



01 LOCALIZAÇÃO  
ESCALA 1:500

QUADRO DE ÁREAS

ÁREA TOTAL DO TERRENO	5.752,30m <sup>2</sup>
ÁREA DE RECREAÇÃO	4.422,82m <sup>2</sup>
ÁREA INSTITUCIONAL	803,13m <sup>2</sup>
ÁREA LIVRE	3.619,50m <sup>2</sup>
ÁREA PERMEÁVEL	1.519,45m <sup>2</sup>
ÁREA PAVIMENTADA	3.248,85m <sup>2</sup>

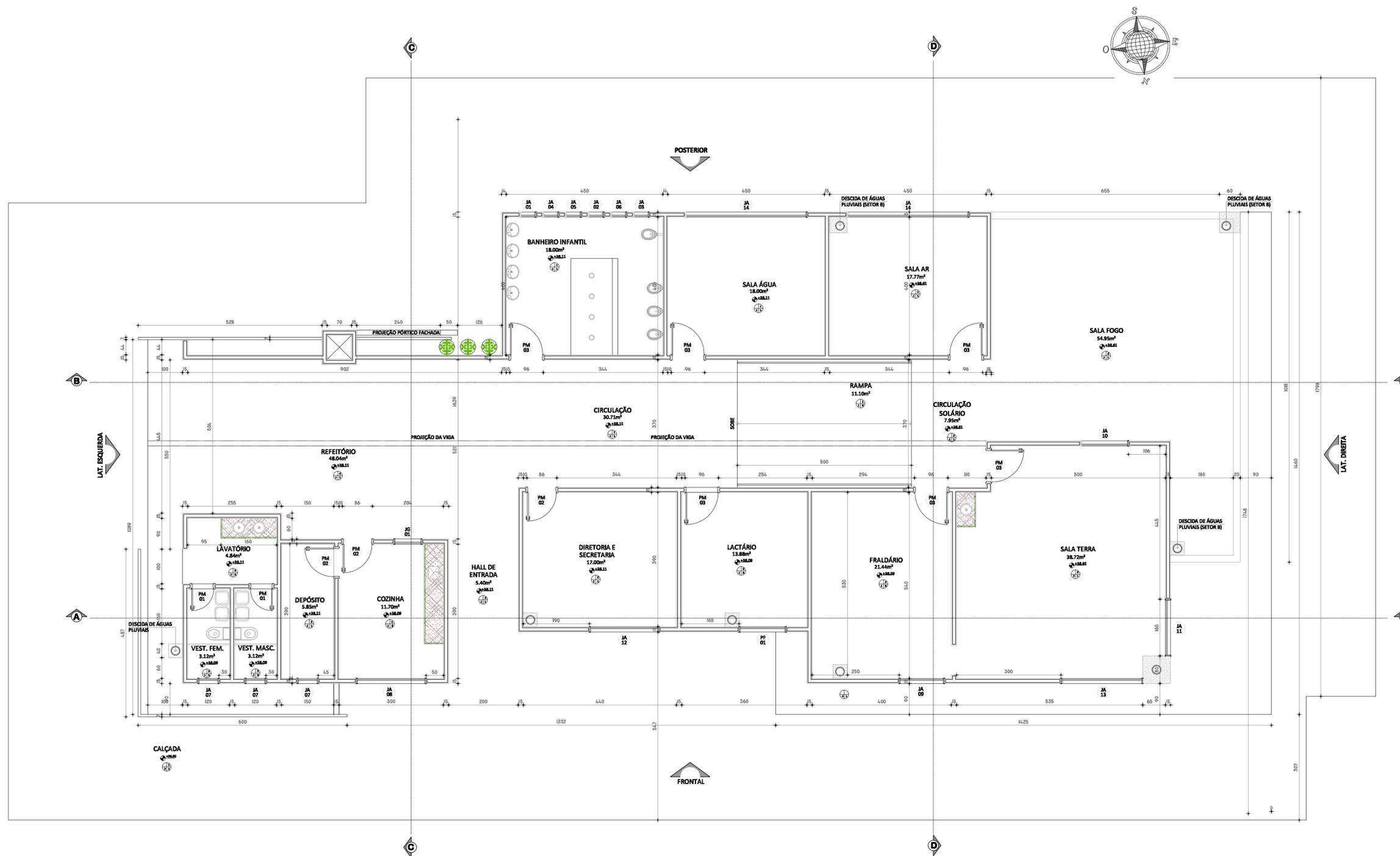
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE  
Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Lázaro  
ALUNO: GABRIEL CARVALHO DE SOUZA  
ORIENTADOR: PROF. DR. GUSTAVO MARTINS MACHADO

LOCALIZADA A RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, VILA LAZARO, SÃO LUIS (MA)  
CONTEÚDO: LOCALIZAÇÃO, SITUAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E PAISAGISMO  
ESCALA: Indicada  
FORMATO: A2



018



### QUADRO DE ESQUADRIAS

#### PORTAS

MADERA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA	TIPO	QUANTIDADE	TIPO
PM-01	0,80x2,13	1,40	ABRIR	02	COMPENSAO REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO REF. COTILE CT E FAIXA VERTICAL REF. AD 905 STEEL SILVER COM LARGURA DE 20cm
PM-02	0,80x2,13	1,83	ABRIR	03	COMPENSAO REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO REF. COTILE CT E FAIXA VERTICAL REF. AD 905 STEEL SILVER COM LARGURA DE 20cm
PM-03	0,80x2,13	2,04	ABRIR	06	COMPENSAO REVESTIDO EM LAMINADO MELAMINICO REF. COTILE CT E FAIXA VERTICAL REF. AD 905 STEEL SILVER COM LARGURA DE 20cm

#### JANELAS

ALUMÍNIO - VIDRO						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA	TIPO	QUANTIDADE	TIPO	
JA-01	0,45x0,80	0,37	MADRM AR	2,10m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-02	0,45x0,80	0,81	MADRM AR	0,60m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-03	0,45x0,80	0,37	MADRM AR	1,20m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-04	0,45x0,45	0,20	MADRM AR	1,57m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-05	0,45x0,80	0,37	FIXO	1,20m	01	SUM VENEZIANA EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA)
JA-06	0,45x0,45	0,20	MADRM AR	1,20m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-07	0,40x0,40	0,16	MADRM AR	1,73m	03	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-08	2,00x1,20	2,40	CORRER	1,20m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-09	1,30x1,30	1,30	MADRM AR	1,27m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-10	1,37x1,37	1,87	FIXO	0,54m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-11	1,40x0,80	1,12	CORRER	0,54m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-12	2,00x1,20	2,40	CORRER	1,20m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-13	2,20x1,20	2,24	FIXO/PVOTANTE	0,00m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JA-14	3,50x1,20	3,50	FIXO/MADRM AR	0,60m	02	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA
JP-01	0,80x1,30	0,96	GUICHOTINA	1,02m	01	SUM FIXO EM ALUMÍNIO BRANCO (ALCOA) E VIDRO MIRI-SOREAL SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA

#### PAINÉIS

ALUMÍNIO - VIDRO					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ÁREA	TIPO	QUANTIDADE	TIPO
PP-01	1,30x2,42	3,14	FIXO	01	VIDRO LAMINADO SILVER 32 (JONCA) COM 4mm DE ESPESURA

### QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES

#### PISO

- 1 - PORCELANATO 60x60cm SUPER WHITE ST., LINHA MONOCOLOR (PAINES) COM ACABAMENTO BRANCO (NITER QUANTZOUT)
- 2 - LAMINADO ROQUEIRA ANTIGA EM PERIS DE 12x18x0,8cm COM ENCADE TIPO MADRILHEIRA (DUMALDOR)
- 3 - CIMENTADO LISO ESPAÇADOS COM ARMA PLÁSTICA
- 4 - FORRAÇÃO EM GRAMA AMERICANA (Niter clareado - Arechê repasa)
- 5 - FORRAÇÃO EM GRAMA EMERALDA (Niter clareado - Zoyale japonica)
- 6 - LAMINADO VINÍCO

#### PAREDE

- 1 - REBOCO, EMASAMENTO, LIXAMENTO E ACABAMENTO EM TINTA ACRÍLICA SARNIL, REF. ADS19 (BRANCO NEVO)
- 2 - REBOCO, EMASAMENTO, LIXAMENTO E ACABAMENTO EM TINTA ACRÍLICA SARNIL, REF. 0278 (AZUL)
- 3 - REBOCO, EMASAMENTO, LIXAMENTO E ACABAMENTO EM TINTA ACRÍLICA SARNIL, REF. 0208 (MISTURADA)
- 4 - REBOCO, EMASAMENTO, LIXAMENTO E ACABAMENTO EM TINTA ACRÍLICA SARNIL, REF. R112 (MARMALHO)
- 5 - REBOCO, EMASAMENTO, LIXAMENTO E ACABAMENTO EM TINTA ACRÍLICA SARNIL, REF. 1096 (SABÃO)
- 6 - CERÂMICA 20x20cm, LINHA VILLAGE, REF. VILLAGE WH (CORCHA COM REVESTIMENTO BRANCO (NITER QUANTZOUT))
- 7 - CERÂMICA MARFIM CARAMELO FLASH, FORMATO 24x4x0,8cm, COR 1075 (BRANCO)
- 8 - CERÂMICA 20x20cm LINHA WHITE HOME, COM POSH CHC BRILHANTE (PORTOBELLO)

#### TETO

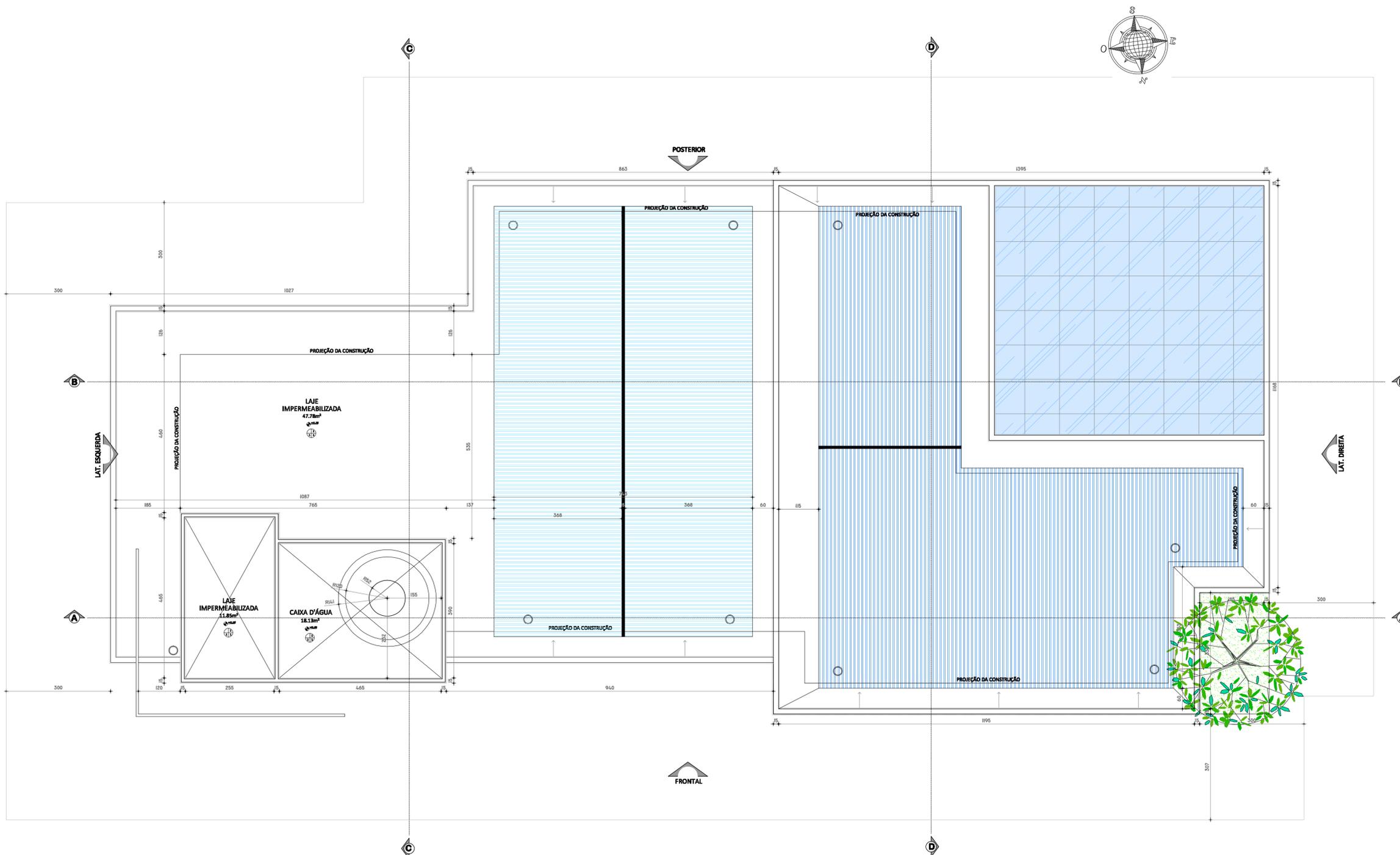
- 1 - REBOCO, EMASAMENTO, LIXAMENTO E ACABAMENTO EM TINTA ACRÍLICA SARNIL, REF. ADS19 (BRANCO NEVO)
- 2 - GESSO ACATONADO FIXO, MONOLÍTICO, APARAFUSADOS EM PERIS METÁLICOS ESPAÇADOS A 60cm, SUSPENSOS POR PENEIRAS SÉRIOS REGULÁVEIS ESPAÇADOS A CADA 1m (H=2,20m)





04 PLANTA DE LAYOUT



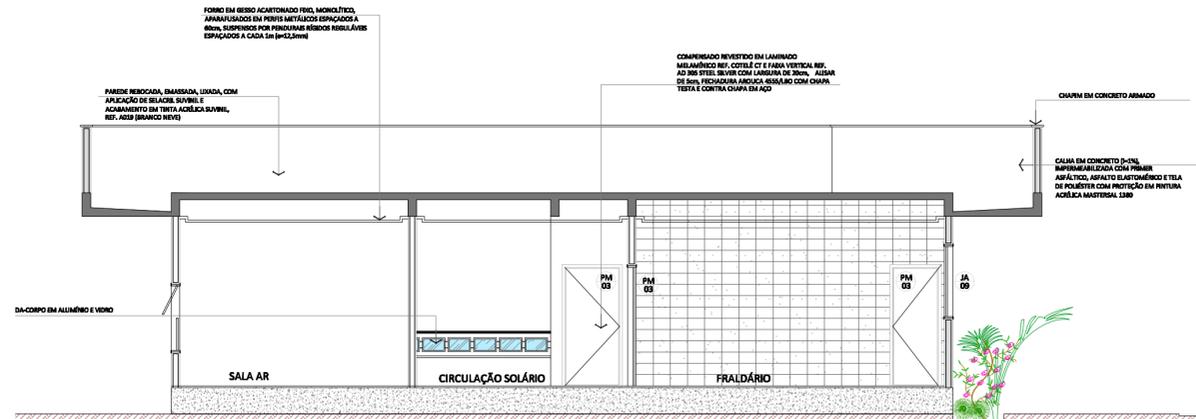
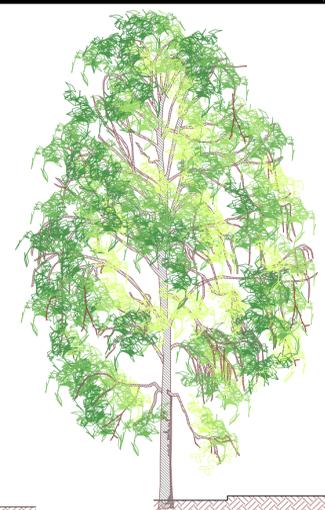


06 PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:50

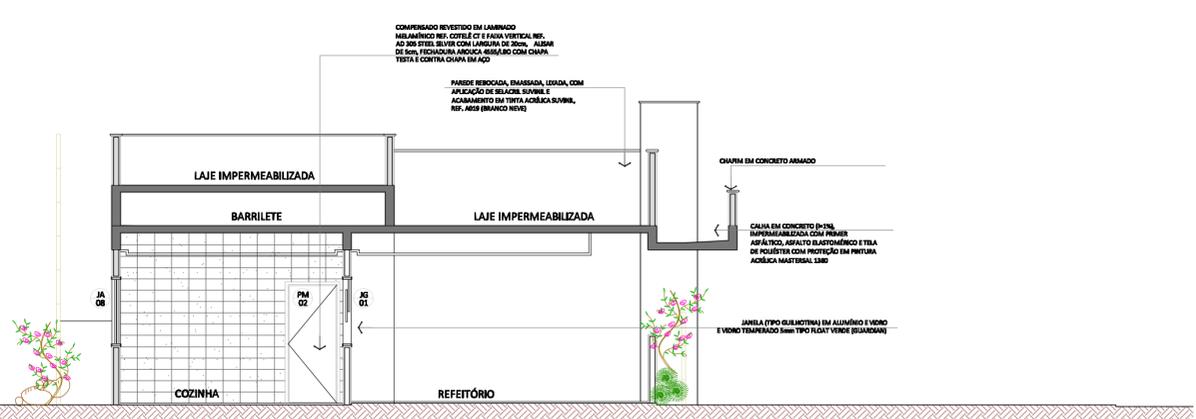
**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**  
**TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO**  
**EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE**  
 Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Luzia



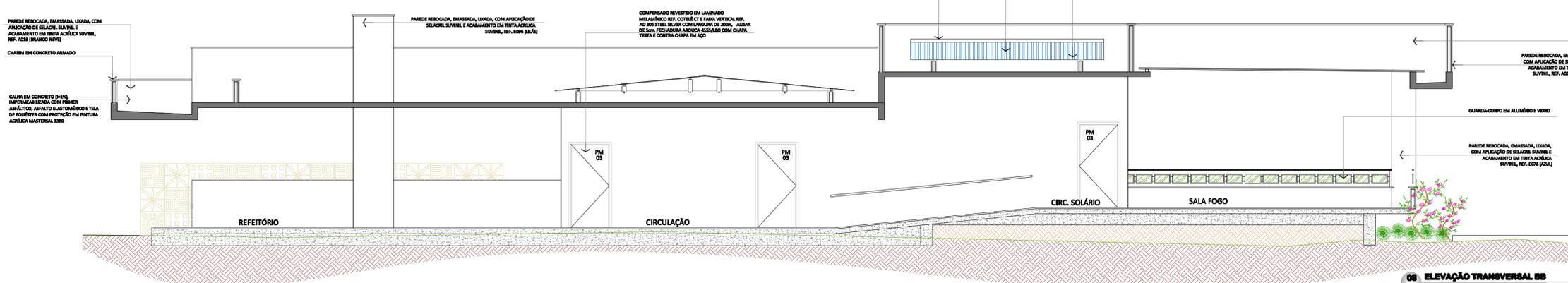
LOCALIZADA A RUA NOBRA SENORA DA CONCEIÇÃO, VILA LUZIA, SÃO LUÍS (PR)  
 COORDENADOR  
 COBERTURA  
 ESCALA  
 1/75  
 DATA  
 02/05/2023 (16:04:23)



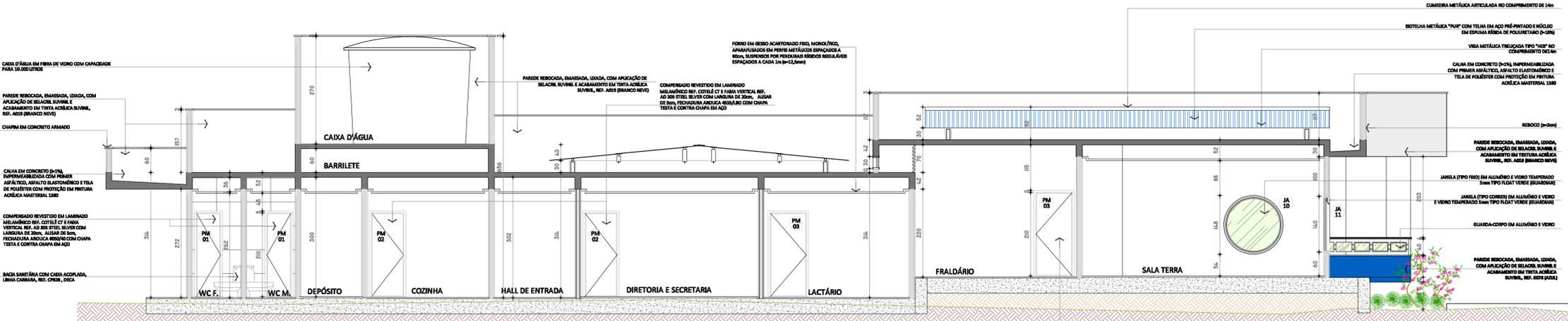
10 ELEVÇÃO TRANSVERSAL CC  
ESCALA 1/50



09 ELEVÇÃO TRANSVERSAL CC  
ESCALA 1/50



08 ELEVÇÃO TRANSVERSAL BS  
ESCALA 1/50

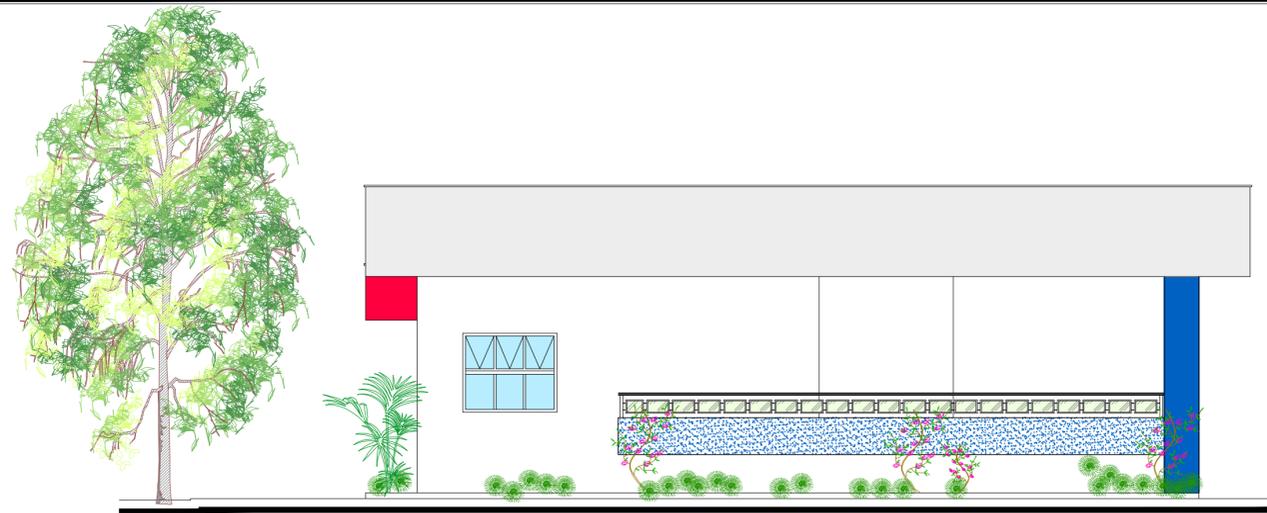


07 ELEVÇÃO TRANSVERSAL AA  
ESCALA 1/50

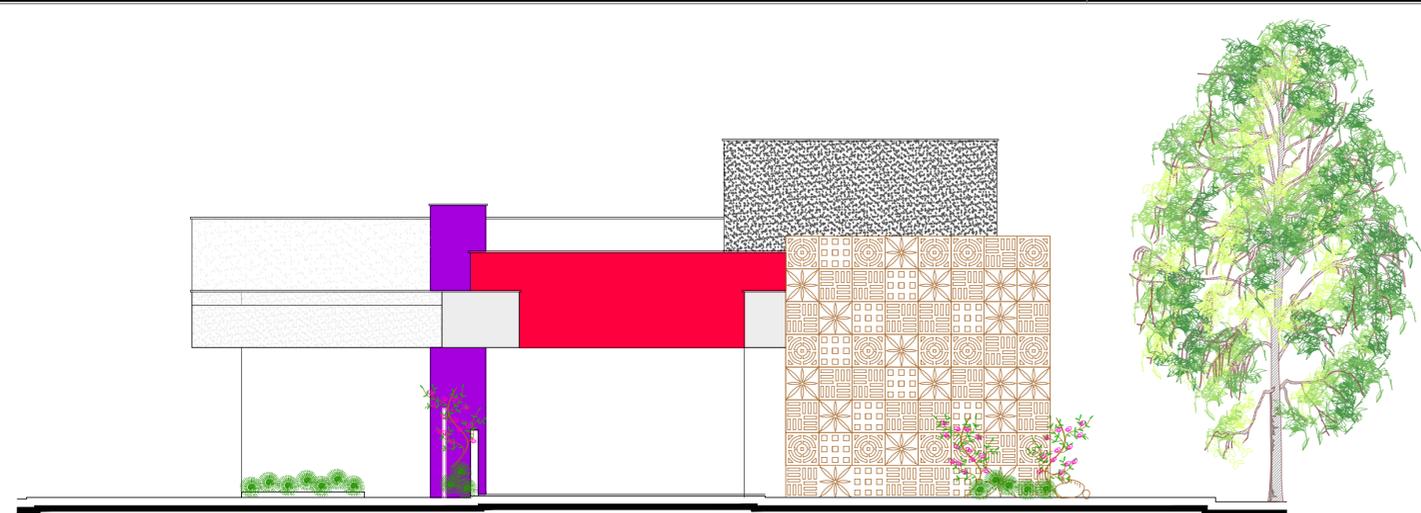
COBERTURA SETOR B	142,09
CAIXA SETOR B	142,79
COBERTURA SETOR A	142,59
CAIXA SETOR A	143,29
CONTRAPISO SETOR B	138,68
CONTRAPISO SETOR A	138,38

**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**  
**TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO**  
**EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE**  
 Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Lisboa

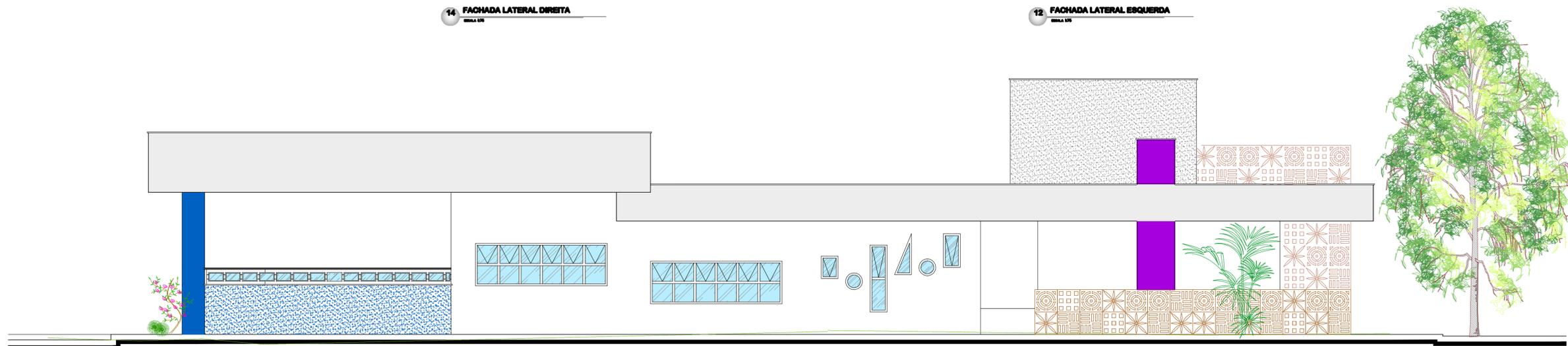




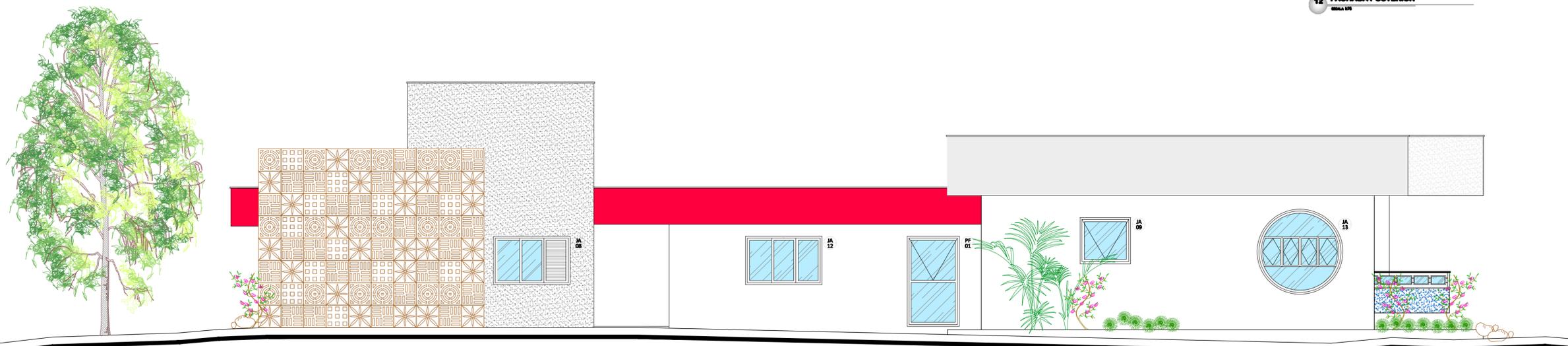
14 FACHADA LATERAL DIREITA  
escala 1/50



12 FACHADA LATERAL ESQUERDA  
escala 1/50



12 FACHADA POSTERIOR  
escala 1/50



11 FACHADA PRINCIPAL  
escala 1/50

**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**  
**TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO**  
**EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO GERADOR DE URBANIDADE**  
 Anteprojeto de Arquitetura para creche comunitária na Vila Luzia

ALUNA: TAYNÁ COSTA RODRIGUES  
 ORIENTADORA: PROF.ª DR.ª GISELE GABRIEL MACHADO  
 LOCALIZADA À RUA NOVA SENHORA DA CONCEIÇÃO, VILA LUZIA, SÃO LUÍS (MA)  
 COORDENADAS: FACHADAS FRONTAL, POSTERIOR, LATERAL DIREITA e LATERAL ESQUERDA  
 ESCALA: 1/75  
 NOME DO ARQUITETO: A2 estúdio (762462)



## LISTA DE ANEXOS

	P.
Anexo 01 - Lei 3.253/92: XIV - Zona Residencial 6 - ZR 6.....	74
Anexo 02 - Lei 3.253/92: Seção VI - Zona Residencial 6 .....	75
Anexo 03 - Lei 3.253/92: Capítulo X - Das Definições .....	76
Anexo 04 - Lei 3.253/92: Anexo II - Tabela 1 Parcelamento do Solo .....	77
Anexo 05 - Lei 3.253/92: Anexo II - Tabela 2 Tabela de Afastamentos .....	78
Anexo 06 - Lei 3.253/92: Anexo II - Tabela 5 De Uso das Zonas.....	79
Anexo 07 - Lei 3.253/92: Anexo III - Listagem de categoria dos usos.....	80

**XIV - ZONA RESIDENCIAL 6 - ZR 6**

Inicia-se este perímetro em um ponto localizado no limite físico dos municípios de São José de Ribamar, a 1.000,00 m da interseção da MA-203 - Estrada Olho d'Água/Araçagi, com a mesma linha limite, desenvolvendo-se ao longo desta até interceptar a Rua Pernambuco e com uma deflexão à direita prosseguindo por esta até encontrar a Av. São Luís Rei de França e com uma deflexão à esquerda prosseguindo ao longo desta até encontrar a Segunda Travessa Boa Esperança, e com uma deflexão à direita prossegue por esta última até encontrar a Rua 06, de onde prossegue até a confluência com a Estrada do Aririzal e, com uma deflexão à esquerda, segue por esta até encontrar a Av. Daniel de La Touche, pela qual prossegue até o cruzamento com a Av. dos Holandeses com uma deflexão à direita, e, prolonga-se até o ponto inicial deste perímetro.

**SEÇÃO VI**  
**ZONA RESIDENCIAL 6 – ZR 6**

Art. 28 - Os usos permitidos e proibidos na Zona Residencial 6 estão definidos na tabela anexa à presente Lei.

Art. 29 - Os lotes resultantes dos novos parcelamentos são fixados e disciplinados pelas seguintes normas:

- I. Área mínima do lote igual a 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados);
- II. Testada mínima do lote igual a 20,00 m (vinte metros).

Art. 30 - Os novos parcelamentos nesta Zona deverão obedecer à tabela anexa à presente Lei.

Parágrafo único - Os índices constantes na tabela referente ao artigo anterior não excluem a obrigatoriedade dos artigos citados nas disposições sobre o parcelamento do solo.

Art. 31 - As ocupações dos lotes pelas edificações ficam disciplinadas pelas seguintes normas:

- I. Área Total Máxima de Edificação (ATME) igual a 210% (duzentos e dez por cento) da área do terreno;
- II. Área Livre Mínima do Lote (ALML) igual a 50% (cinquenta por cento) do terreno; 7,00 m (sete metros) para as demais;
- III. Afastamento frontal igual a 5,00 m (cinco metros) para as edificações até 04 (quatro) pavimentos e igual a 7,00 m (sete metros) para as demais;
- IV. Gabarito máximo permitido igual a 10 (dez) pavimentos.

## **CAPÍTULO X DAS DEFINIÇÕES**

Art. 242 - Para os efeitos desta Lei, ficaram estabelecidas as seguintes definições:

ACESSO - Chegada, entrada, aproximação, trânsito, passagem. AFASTAMENTO - É a menor distância entre duas edificações ou entre uma edificação e as linhas divisórias onde se situam. O afastamento é frontal, lateral ou de fundos, quando estas divisões forem, respectivamente, a testada, os lados e os fundos do lote.

(...)

ATME - É a Área Total Máxima de Edificação, que é a relação máxima entre a área de construção da edificação e a área do terreno. ÁREA LIVRE DE RECREAÇÃO - É o espaço, geralmente descoberto, destinado à utilização pública de caráter recreativo.

ÁREA LIVRE DO LOTE - É o espaço descoberto, livre de edificações ou construções dentro dos limites do lote e que só pode ter 1/3 de sua área pavimentada.

(...)

ÁREA ÚTIL - É a área do piso de um compartimento.

(...)

ÁREA INSTITUCIONAL - É o espaço reservado num parcelamento de solo para implantação de equipamentos comunitários.

**ANEXO II TABELAS**  
**ANEXO II - TABELA 1**  
**PARCELAMENTO DO SOLO**

ESTA TABELA FAZ REFERÊNCIA À LEI QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTE USO	ATÉ 3,0 ha 100 UM	ATÉ 15 ha 400 UM	ATÉ 100 ha 8000 UM	MAIOR QUE 100 ha ATÉ 10.000 UM
EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	-	4%	4%	6%
TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E INSTITUCIONAIS	-	-	1%	1%
ÁREA VERDE E RECREAÇÃO	7%	6%	5%	5%
RESERVA URBANA	-	1%	2%	3%

**ANEXO II TABELAS**  
ANEXO II - TABELA 3  
TABELA DE AFASTAMENTOS

ESTA TABELA FAZ REFERÊNCIA À LEI QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AFASTAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS					
	1	2-3	4-5*	6-8*	9-12**	13-15**
LATERAL PRINCIPAL (m)	1,50	2,50	3,50	5,00	7,00	10,00
LATERAL SECUNDÁRIA (m)	1,50	2,00	3,00	4,00	6,00	9,00
FUNDOS (m)	1,50	2,00	3,00	5,00	7,00	1,00

\* Com até mais um pavimento de garagem

\*\* Com até mais de dois pavimentos de garagem

**ANEXO II TABELAS**  
**ANEXO II - TABELA 5**  
**DE USO DAS ZONAS**

<b>ZONAS</b>	<b>USOS PERMITIDOS</b>	<b>USOS PROIBIDOS</b>
ZR1	R 1, R2 todos C 1, C2.1, C2.3, C2.4, todos S 1, todos S2, todos E 1, todos E2, 11	
ZR2	R1, R2, todos C1, C2.1, C2.2, C2.3, C2.4, todos S1, todos S2, todos E1, todos E2, E3.2, I I	Todos os usos não relacionados para a Zona
ZR3	Todos R, todos C1, todos C2, C3.1, C3.2, C3.5, todos E1, E2, 11	
ZR4	A 1, todos R, todos C 1, todos C2, C3.1, C3.2, C3.4, todos S, todos E 1, E3, 11, 12	
ZR5	R I , R2, todos C 1, todos C2, C3.1, C3.2, C3.4, todos S, todos E 1, E2, E3, 11	
ZR6	A 1, R 1, R2, todos C 1, C2.1, C2.2, C2.3, C2.4, todos S, todos E 1, E2, E3, 11	
ZR7	R I , R2, todos C I , C2.1, C2.2, todos S 1, S2.1, S2.2, S2.3, S2.4, S2.5, S2.6, todos E 1, E2,G 2 . 3 E3.1, E3.2, E3.4	
ZR8	R 1, R2, todos C I , C2.1, C2.2, todos S 1, S2.1, S2.3, S2.4, S2.5, S2.6, todos E 1, 152.1, E2.2, 152.5, E3.2	
ZR9	R1, R2, todos C1, C2.1, C2.2, C2.3, todos S1, S2.1, S2.3, S2.4, S2.5, S2.6, S2.7, E1, E2	
ZR10	AI, A2, todos R, todos C1, C2, C3, S1.3, S2.2, S2.3, S2.4, S2.8, EI, 11, 12	
ZR11	AI, R1, R2, R3, todos C1, S1.3, S1.6, S2.1, S2.8, S2.9, E1, E2.2., II	
ZT1	RI, R2, S2.5, E1.2	
ZT2	R 1, R2, todos C 1, C2.1, C2.2, C2.3, S 1.4, S 1.5, S2.1, S2.3, S2.4, S2.5, S2.6, S2.9, todos E 1, E2.2, E2.5, E3.2	
ZAD	R 1, R2, C 1, C2.1, C2.2, C2.3, C2.4, todos S 1, S2.2, S2.3, S2.4, S2.5, S2.6, S2.7, todos E 1, todos E2, E3.1, 153.2, E3.4	
ZC	R1, R2, C 1, C2. I , C2.2, C2.3, C2.4, C2.5, C2.6, C2.7, todos S 1, todos S2, todos E 1, todos E2, todos E3, 11	
ZPH	R1, R2, C 1, C2.1, C2.2, C2.3, C2.4, todos S 1, S2.1, S2.2, S2.3, S2.4, S2.5, S2.6, S2.7, todos E2, E3.1, E3.2, E3.4, 11	
ZPA1	RI, R2, C2.2, S14, E1.2 ZPA2 C2.2	
ZS1	RI, R2, todos C 1, C2.2, C2.3, todos S1, S2.1, S2.2, S2.3, E 1, E2.1, E2.2, E2.3, E2.4, E2.5, 152.6, 11	
ZS2	Todos R, todos C1, C2.2, C2.3, todos S1, S2.1, S2.2, S2.3, todos E1, E2.2, E2.3, 152.4, 152.5, E2.6, 11	
ZI1	Todos E 1, 11, 12,13	
ZI2	E1,11,12,13	
ZI3	E1,II,12,13,14	
ZSA	RI, R3, S2.1, S2.9	

**ANEXO III**  
**LISTAGEM DE CATEGORIA DE USOS**

E 1.1 – EDUCAÇÃO

Ensino básico de 1º grau Ensino pré-escolar (material, jardim de infância)  
Parque infantil (com recreação orientada)

E 1.2 - LAZER E CULTURA

Área para recreação infantil  
Biblioteca  
Clubes associados, recreativos, esportivos

E 1.3 – SAÚDE

Ambulatório  
Posto de puericultura, posto de saúde e/ou vacinação

E 1.4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Asilo, creche  
Dispensário, orfanato

E 1.5 - CULTO

Conventos, templos, locais de culto

E 1.6 – COMUNICAÇÃO

Agências de Correios e Telégrafos, agências telefônicas

E2 - INSTITUIÇÕES DIVERSIFICADAS

E2.1 - EDUCAÇÃO

Cursos de madureza Cursos preparatórios para escolas superiores  
Ensino básico de 1º e 2º graus  
Ensino técnico-profissional

E 2.2 - LAZER E CULTURA

Campo, ginásio, parque e pista de esportes, circo  
Cinematca, filмотeca, discoteca, museu, livraria Quadra de escola de samba  
Escola de natação

E 2.3 - SAÚDE

Casa de saúde, maternidade

Centro de saúde, hospital

#### E 2.4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Albergue

Centro de orientação familiar, profissional

Centro de reintegração social

Colonização e migração (centro assistencial)

#### E 2.5 - CULTO

Enquadram-se os usos listados em E 1.5 obedecendo às disposições definidas para a categoria de uso E2.

#### E 2.6 - ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Agência de órgão de Previdência Social Delegacia de Ensino

Delegacia de Polícia

Junta de alistamento eleitoral e militar órgãos de identificação e documentação Vara distrital

Repartições públicas municipais, estaduais e federais

#### E 2.7- TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Estação de radiodifusão

Terminal de ônibus urbano

#### E 3 - REGIONAL

##### E 3.1 - EDUCAÇÃO

Faculdade

Universidade

##### E 3.2 - LAZER E CULTURA

Auditório para convenções, congressos e conferências

Espaços e edificações para exposições

Estádio

Parque de diversões

##### E 3.3 - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Casa de detenção

Institutos correcionais

Juizado de menores

##### E 3.4 - TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Estúdio de difusão por rádio e TV (combinados ou só TV)

Terminal rodoviário interurbano



Proposta de um anteprojeto arquitetônico para uma creche comunitária no bairro Vila Luizão, com frequência de crianças da faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, considerando a utilização dos espaços livres públicos com potencial para espaços de lazer à comunidade local. A dinâmica de expulsão e segregação da população somada à escassez dos serviços de educação e lazer locais tornou o bairro um destino preferencial para estudo de caso, especialmente porque buscam oportunidade de acesso à melhor condição de vida e aos serviços públicos. Como ponto de partida da reflexão está a previsão de que as políticas sociais no Brasil não levam em conta, normalmente, a desigual distribuição dos diversos grupos sociais no espaço urbano, assim como as dinâmicas espaciais, no que diz respeito tanto à formulação quanto à implementação.

